

santa maria da feira

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

### EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Dr., Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

FAÇO SABER que nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa no átrio do edifício dos Paços do Município a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira de 29 de junho de 2018, aprovada na sessão extraordinária de 13 de setembro de 2018. -----

Paços do Município de Santa Maria da Feira, 14 de setembro de 2018. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

  
(AMADEU SOARES ALBERGARIA, Dr.)



*H*  
*J*  
*S*

ATA N.º 6 – No dia 29 de junho de 2018, na cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 50 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.ª e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 5 – Sessão Ordinária de 6 de abril de 2018;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Aditamento aos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia;
- 4 – Reorganização dos serviços municipais;
- 5 – Alteração ao Mapa de Pessoal;
- 6 – Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2017;
- 7 – Alteração à Postura de Trânsito – Interseção da Rua Francisco Rocha com a Travessa Luís de Camões, em São João de Ver;
- 8 – Alteração à Postura de Trânsito no Lugar da Póvoa, em Paços de Brandão;
- 9 – Programa Movimento e Bem-Estar
  - Transferência de verbas para as Freguesias 2017-2018;
- 10 – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários;
- 11 – Desafetação de terreno do domínio público municipal, para integração no domínio privado do Município, de parcela de terreno sita no Lugar de Milheirós, em Santa Maria da Feira;
- 12 – Protocolo de colaboração a celebrar entre a Casa do Povo de Santa Maria da Feira e o Município
  - Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual;
- 13 – Procedimento “Serviços de segurança e vigilância para o Município de Santa Maria da Feira e Feira Viva EM”
  - Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual;
- 14 – Procedimento “Inspeções (vistorias) de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes”



- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual;-----

15 – Em defesa do bem-estar animal (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento).---

-----  
A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vitor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Milton Topa Gomes, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----  
Não esteve presente o Sr. Vereador António Gil Alves Ferreira. -----

-----  
O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes. -----

Dando início aos trabalhos, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 4 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias:-----

– Arrifana (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira Monteiro;-----

– Fiães (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Manuel Joaquim Cardoso de Pinho;-----

– Romariz (PSD): delegada a representação no Secretário do Executivo – Nuno Joel Rocha;---

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho.-----

Deu também nota que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade (PS), comunicou não poder estar presente nesta sessão por motivos institucionais, e que não se faz representar por nenhum elemento do respetivo Executivo porque nenhum estava disponível.-----

-----  
Informou, de seguida, que os membros José Manuel Milheiro de Pinho Leão, Ana Rafael Lima Lamas Barros, Juliana Canedo da Rocha, Rosa Maria Pinto da Silva, Henrique Portela Madureira, Tiago Oliveira Amorim Carneiro, Moisés Salvador Coelho Ferreira e Filipe Ramiro Tavares Moreira, solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

– José Manuel Leão (PSD): substituído pelo João Luís Almeida Cunha, -----

– Ana Lamas Barros (PSD): substituída pela Cláudia Oliveira Antunes Correia *(uma vez que a cidadã seguinte da respetiva lista – Maria João Resende Lamas – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de estar presente)*,-----

– Juliana Rocha (PSD): substituída pelo José Moreira de Jesus Castro, -----

– Rosa Silva (PS): substituída pela Jéssica Oliveira e Sousa *(uma vez que os cidadãos seguintes da respetiva lista – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio e Eduardo José da Costa Pereira da Rocha – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de estarem presentes)*,-----

– Henrique Portela (PS): substituído pelo Luís Filipe Dias Rodrigues da Silva *(uma vez que os cidadãos seguintes da respetiva lista – Sérgio Agostinho dos Santos Gonçalves Vaz, João Nuno Monteiro da Silva Sousa e Marlene da Rocha Monteiro – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de estarem presentes)*,-----

– Tiago Carneiro (PS): não efetivada a substituição *(uma vez que o cidadão seguinte da respetiva lista não se encontrava presente)*,-----

– Moisés Ferreira (BE): substituído pelo Pedro Luís Alves Ferreira, -----

– Filipe Moreira (CDU): não efetivada a substituição *(uma vez que o cidadão seguinte da respetiva lista não se encontrava presente)*.-----

-----  
Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 46 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):* -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Maria José Ferreira dos Santos; António André da Silva Topa; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Susana Daniela Ferreira da Silva; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Jorge Paulo das Neves Pereira; João Luís Almeida Cunha; Cláudia Oliveira Antunes Correia; José Moreira de Jesus Castro; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira



dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – Manuel Joaquim Cardoso de Pinho; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Nuno Joel Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho;-----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro; António dos Santos; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes Duarte; Daniel Tavares Gomes; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Jéssica Oliveira e Sousa; Luís Filipe Dias Rodrigues da Silva; e o Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo – Valdemar Alves da Silva;-----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Salomé Almeida Ventura e Pedro Luís Alves Ferreira;-----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

*Independente (IND):* Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

*Entrou no decorrer da sessão:* Justino Santos Pinto (PS).-----

*Faltaram à sessão, sem serem substituídos:* Regina Maria Gonçalves da Silva (PSD), Tiago Oliveira Amorim Carneiro (PS), Filipe Ramiro Tavares Moreira (CDU), e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD), Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios (PS), Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias (PSD), e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade (PS).-----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se



encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 6 de abril de 2018 e a presente sessão:-----

- “Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 29 de março de 2018;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, fotocópia dos documentos aprovados no Período de Antes da Ordem do Dia da sessão ordinária realizada por este Órgão no dia 6 de abril de 2018, que a seguir se identificam:-----
  - Recomendação à Câmara sobre “Festival de Cinema Luso-Brasileiro”,-----
  - Moção sobre “1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores”,-----
  - Moção sobre “Repúdio pelo aumento de preços dos serviços postais levado a cabo pela administração privada dos CTT”,-----
  - Voto de Louvor atribuído à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lourosa;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos Srs. Presidente da Direção e Comandante dos Bombeiros Voluntários de Lourosa, remetendo o teor do Voto de Louvor que esta Assembleia deliberou atribuir, na sua sessão ordinária de 6 de abril de 2018, àquela Associação pelo seu 50.º aniversário e pela dedicação e serviços prestados à população e território feirense;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção “Repúdio pelo aumento de preços dos serviços postais levado a cabo pela administração privada dos CTT”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 6 de abril de 2018, às seguintes entidades:-----
  - O Primeiro-Ministro,-----
  - O Presidente da Assembleia da República;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos órgãos de comunicação social Jornal Correio da Feira, Jornal N, Rádio Águia Azul, Rádio Clube da Feira e Donline – Diário de Entre Douro e Vouga, remetendo o teor dos documentos





- aprovados no Período de Antes da Ordem do Dia da sessão ordinária realizada por este Órgão no dia 6 de abril de 2018, que a seguir se identificam: -----
- Recomendação à Câmara sobre “Festival de Cinema Luso-Brasileiro”, -----
  - Moção sobre “1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores”, -----
  - Moção sobre “Repúdio pelo aumento de preços dos serviços postais levado a cabo pela administração privada dos CTT”, -----
  - Voto de Louvor atribuído à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lourosa; -----
  - Convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no Concerto “A Última Caminhada”, realizado no dia 28 de abril de 2018 – convite este que foi respondido confirmando a presença do Sr. Presidente da Assembleia no referido evento; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 16 de abril de 2018, para tratar do assunto “Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril”; -----
  - E-mail do Sr. Presidente da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando informações e remetendo documentos relativos ao 1.º Congresso Nacional da ANAM, que se realizou no dia 19 de maio de 2018 – e-mail reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, para ser tratado na reunião da referida Comissão que se realizou no dia 16 de abril de 2018; -----
  - Convite da Direção do Rancho Regional de Argoncilhe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir ao Colóquio do Festival Folclórico do Castelo, realizado no dia 16 de junho de 2018; -----
  - Convite da Direção, Comando e Corpo Ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 97.º Aniversário daquela Associação, que se realizou no dia 1 de maio de 2018; -----
  - Convite da Banda Sinfónica de Argoncilhe - Grupo Musical Estrela de Argoncilhe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir ao Concerto de Abertura de Época, realizado no dia 20 de abril de 2018; -----



- Convite do Comandante das Forças Terrestres e do Comandante do Regimento de Engenharia N.º 3, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a cerimónia comemorativa do 42.º Aniversário daquele Regimento, que se realizou no dia 4 de maio de 2018 – convite este que foi respondido confirmando a presença do Sr. Presidente da Assembleia no referido evento;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia sobre “parques de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017”; -----
- E-mail da Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando retificação do representante do CDS-PP no Conselho Municipal da Juventude, no sentido de tomar posse na próxima reunião daquele Conselho o único elemento do CDS-PP com assento na Assembleia Municipal, Ângelo Santos – e-mail que foi reencaminhado para os devidos efeitos, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, ao membro Ângelo Santos;-----
- Ofício do Sr. Vice-Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lourosa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a agradecer o Voto de Louvor que esta Assembleia deliberou atribuir, na sua sessão ordinária de 6 de abril de 2018, àquela Associação – e-mail que foi reencaminhado para conhecimento, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos líderes dos grupos municipais e ao membro independente desta Assembleia;-----
- Convite do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir às comemorações do 44.º aniversário do 25 de Abril realizadas naquele Município;-----
- Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 26 de março e 9 de abril de 2018;-----
- Ofício da Adjunta da Chefe do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção “Repúdio pelo aumento de preços





- dos serviços postais levado a cabo pela administração privada dos CTT”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 6 de abril de 2018, e informando que a mesma foi encaminhada para o Gabinete do Planeamento e das Infraestruturas – e-mail que foi reencaminhado para conhecimento, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos líderes dos grupos municipais e ao membro independente desta Assembleia; -----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Sr. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção “Repúdio pelo aumento de preços dos serviços postais levado a cabo pela administração privada dos CTT”, aprovada por este Órgão na sua sessão ordinária de 6 de abril de 2018, e informando que a mesma foi remetida à Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas, atendendo à matéria em causa – e-mail que foi reencaminhado para conhecimento, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos líderes dos grupos municipais e ao membro independente desta Assembleia; -----
  - E-mail da Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião que aquele Conselho realizou no dia 18 de maio de 2018, informando a ordem de trabalhos da mesma bem como o link para acesso à documentação respeitante; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projeto de Lei n.º 852/XIII/3.ª – Revoga a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto (Revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano), apresentado na Assembleia da República por aquele Grupo Parlamentar; -----
  - E-mail do Sr. Vice-Presidente da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando ponto de situação do processo de adesão desta Assembleia Municipal à ANAM; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Helóisa Apolónia sobre “reposição das telecomunicações nas áreas afetadas pelos incêndios de 15 e 16 de outubro”; -----
  - Convite da Equipa do Projeto do Mosteiro de Leça de Balio, ao Sr. Presidente da



- Assembleia Municipal, para estar presente na Abertura Oficial do Projeto referido, assinalado com a inauguração da Exposição Monasterium Km 234, evento que se realizou no dia 19 de maio de 2018;-----
- Circular n.º 45/2018 da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando exemplar do boletim n.º 4/2018 daquela Associação;-----
  - Convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar nas comemorações do 25.º Aniversário de Elevação de Rio Meão a Vila, realizadas no dia 20 de maio de 2018;-----
  - E-mail do Sr. Presidente da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo programa do 1.º Congresso da ANAM – realizado no dia 19 de maio de 2018 – bem como remetendo o Guia Autárquico para o Orçamento de Estado para 2018;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Ângelo Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pedindo lhe fosse facultado “os resultados das análises feitas aos terrenos onde foram depositados os bidões com resíduos em Romariz” – pedido enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, a agradecer o convite que lhe foi dirigido para estar presente nas comemorações do 25.º Aniversário da Elevação de Souto a Vila, que decorreu no dia 20 de maio de 2018, e a informar que, por compromisso anteriormente assumido, por igual razão, com a Freguesia de Rio Meão, não poderia estar presente, aproveitando para prestar os seus mais sinceros parabéns por aquela data e votos de maior sucesso a todos os autarcas da freguesia em cumprimento do seu mandato, em prol das pessoas da Vila de Souto;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Sistemas de águas residuais em Rio Meão” – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 21/05/2018;-----



- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informações no seguimento dos requerimentos apresentados pelos membros Moisés Ferreira e Salomé Ventura, sobre “Lixeira a céu aberto em S. João de Ver” e “Medidas de prevenção contra incêndios no concelho de Santa Maria da Feira” – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado ao membro Moisés Ferreira em formato digital, por e-mail, em 21/05/2018;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 23 de abril de 2018;-----
- E-mail da equipa de apoio da Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção “Repúdio pelo aumento de preços dos serviços postais levado a cabo pela administração privada dos CTT”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 6 de abril de 2018, reencaminhada àquela Comissão pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, e informando que a mesma foi distribuída aos Deputados da referida Comissão – e-mail que foi reencaminhado para conhecimento, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos líderes dos grupos municipais e ao membro independente desta Assembleia;-----
- E-mail do Sr. Vice-Presidente da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação genérica sobre o 1.º Congresso Nacional da ANAM, realizado no dia 19 de maio de 2018, bem como solicitando o preenchimento de questionário sobre a qualidade da democracia local;-
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelos membros Moisés Ferreira e Salomé Ventura sobre “Falta de condições de segurança no Parque Infantil de Caldas de S. Jorge” – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado ao membro Moisés Ferreira em formato digital, por e-mail, em 24/05/2018;-----
- Convite da Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar no Fórum “Descentralização, o Desafio de Bem Governar o País”, que se realizou no dia 8 de junho de 2018;-----
- Convite da Direção da Delegação de Sanguedo da Cruz Vermelha Portuguesa, ao Sr.



- Presidente da Assembleia Municipal, para a comemoração do 20.º Aniversário daquela Delegação, que se realizou no dia 23 de junho de 2018; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Fafe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo moção aprovada por aquele Órgão, na sua sessão realizada no dia 27 de abril de 2018, de manifestação de apoio à criação de Regiões no País;-----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projeto de Lei n.º 568/XIII/2.ª – Assistência a Banhistas, apresentado na Assembleia da República por aquele Grupo Parlamentar; -----
  - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 7 de maio de 2018; -----
  - E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo moção aprovada por aquele Órgão, na sua sessão realizada no dia 27 de abril de 2018, sobre a distribuição de fundos comunitários;-----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente pelos Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre “projeto de exploração de urânio em Retortillo-Santidad (Salamanca-Espanha), junto à fronteira portuguesa”;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo solicitação do grupo municipal do Bloco de Esquerda para agendamento de um ponto na Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, sobre o tema “Em defesa do bem-estar animal”;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre “Educação em Santa Maria da Feira” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de



- junho de 2018, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 25 de junho de 2018;-----
  - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 21 de maio de 2018;-----
  - Convite do Clube Desportivo Feirense – Secção de Natação, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no evento “100 Anos, 100 Km a nadar”, a realizar no dia 29 de setembro de 2018, no âmbito das comemorações do centenário do Clube Desportivo Feirense; -----
  - Ofício da G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC. Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a Certificação Legal de Contas, o Relatório e Parecer do Auditor Externo e a Certificação das Contas Consolidadas, referente ao exercício de 2017 do Município de Santa Maria da Feira;-----
  - Ofício do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – José Manuel Leão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, por se encontrar ausente do País, solicitando ser substituído na referida sessão; -----
  - E-mail do Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular 53/2018/LP da ANMP que informa estarem abertas as candidaturas às medidas de geminação de cidades e redes de cidades, no âmbito do Programa da Comissão Europeia “Europa para os Cidadãos 2014-
-





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

- 2020"; -----
- E-mail do cidadão Diogo Fontes, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018 – dada resposta, por e-mail, a confirmar a inscrição;-----
  - Convite do Sr. Presidente da Comissão de Festas em honra da Rainha Santa Isabel – 2018, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente nas cerimónias religiosas a realizar no dia 8 de julho de 2018; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Ana Rafael Lamas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, por ter, no mesmo dia e hora, sessão da Assembleia de Freguesia de Nogueira da Regedoura, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos regimentais;-----
  - E-mail da cidadã Berta Gabriela Brazão, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018 – dada resposta, por e-mail, a confirmar a inscrição;-----
  - E-mail do cidadão Dirk Leegwater, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018 – dada resposta, por e-mail, a confirmar a inscrição;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Henrique Portela, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, por motivo de organização de evento desportivo em Santa Maria da Feira, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos regimentais;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Rosa Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, por se encontrar ausente do País, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos regimentais; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Anacleto Costa, Presidente da Junta de Freguesia de
-





- Romariz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, pelo que se faria substituir na mesma pelo Secretário daquele Executivo – Nuno Joel Rocha; -----
- Convite da EDP Comercial, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no IV Seminário Setor Público EDP sobre o tema “O Impacte das alterações climáticas no Setor Público”, a realizar no dia 5 de julho de 2018;-----
  - E-mail da cidadã Ana Tavares, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018 – dada resposta, por e-mail, a confirmar a inscrição; ---
  - E-mail da cidadã Joana Lamoso, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018 – dada resposta, por e-mail, a confirmar a inscrição;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, por motivos de ordem profissional, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos regimentais; -----
  - E-mail do cidadão Pedro Ferreira, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018 – dada resposta, por e-mail, a confirmar a inscrição;-----
  - E-mail do cidadão Miguel Almeida, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrição de Ana Rita Couto (da Associação Verde Certo) para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018 – dada resposta, por e-mail, a informar que a inscrição não foi considerada válida por ter sido apresentada fora do prazo regimental, de 48 hora de antecedência;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao tema “Esclarecimentos sobre as buscas, efetuadas a 27 de junho de 2018, pela Polícia Judiciária à autarquia no âmbito da operação Tutti Frutti” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos



*[Handwritten initials and signature]*

- efeitos;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Tiago Oliveira, à Mesa da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, devido a compromisso profissional, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos regimentais; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Juliana Rocha, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, por se encontrar a sul do País, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos regimentais; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Francisco Andrade, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, e que nenhum outro elemento do Executivo daquela Junta de Freguesia o faria representar; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos legais; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – António Valdemar, Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de junho de 2018, pelo que se faria substituir na mesma pelo Vogal daquele Executivo – Manuel Pinho; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Ângelo Santos sobre os resultados das análises feitas aos terrenos onde foram depositados os bidões com resíduos em Romariz – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 29/06/2018; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Educação em Santa Maria da Feira” – ofício que, por



instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 29/06/2018;-----

- Diversos jornais e revistas.”-----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 15 documentos para serem apreciados – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram atempadamente enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia.-----

Deu nota que o membro Filipe Moreira, representante único da Coligação Democrática Unitária (CDU), não podendo estar presente nesta sessão e dado não ter sido possível fazer-se substituir, pediu antecipadamente à Mesa para que as duas moções apresentadas pela CDU fossem apreciadas e votadas pela Assembleia, desde logo porque uma delas tem a ver com um tema da atualidade, concretamente com a questão do encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos em Rio Meão. Informou que a Mesa aceita esse pedido pelo que, consequentemente, as moções da CDU também seriam apreciadas e votadas pela Assembleia. Deu nota, de seguida, que concederia a palavra aos proponentes dos restantes documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos.

São do seguinte teor as 2 moções apresentadas pela CDU:-----

“MOÇÃO – EM DEFESA DA CONTINUIDADE DO FUNCIONAMENTO DO BALCÃO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS EM RIO MEÃO -----

Nas últimas semanas surgiu a informação de que é intenção da Administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD), o encerramento de mais 75 agências a nível nacional. Entre estas inclui-se a agência sediada em Rio Meão.-----

Importa salientar que a CGD é um serviço público fundamental à indústria, ao comércio, restauração e serviços, às instituições e ao Movimento Associativo da Vila, à população, em especial à população mais idosa, com mais dificuldades de deslocação e com menos capacidade de acesso aos meios eletrónicos. Relembra-se, ainda, que este é o único banco existente na freguesia.-----



A Caixa Geral Depósitos como banco público que é deveria assegurar um serviço de proximidade e de confiança às populações, sendo inadmissível que prossiga o encerramento de balcões enquanto continua a injetar dinheiro dos contribuintes na banca privada. Para além desta serventia à banca privada, atualmente assiste-se a uma destruição do banco público, em parte por imposições da Comissão Europeia, no âmbito da recapitalização pública do banco, aceite pelo Governo e pela administração da CGD, que visa a venda das representações deste banco em Espanha e África do Sul (países com forte presença de portugueses) e em parte pela própria administração que vai mais longe que as imposições e no ano passado ultrapassou o número de despedimentos acordado com a Europa. -----

Face a esta realidade, ao desmembramento da CGD, ao encerramento de balcões sem critério aparente, principalmente quando se sabe que esta instituição obteve lucros, cabe a todos a defesa do banco público ao serviço do país e das suas populações, com um serviço de proximidade e de qualidade. -----

Perante tal situação, a população de Rio Meão abraçou de forma abnegada esta luta em defesa da continuidade do funcionamento do balcão da CGD. -----

Posto isto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 29 de junho de 2018, delibera: -----

1 - Saudar a população de Rio Meão pela forma determinada como estão a defender este serviço público fundamental à Vila, e encorajar os mesmos a reforçar o desenvolvimento de todas as ações necessárias em torno da defesa da continuidade do funcionamento do balcão da CGD na Vila. -----

2 - Enviar a presente Moção à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração da CGD, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Finanças e a todos os órgãos parlamentares, exigindo destes a garantia da continuidade do funcionamento integral da agência de Rio Meão. -----

3 - Enviar esta Moção à Comissão de Trabalhadores da CGD e aos trabalhadores da agência de Rio Meão, através da sua gerência, e manifestar aos mesmos toda a solidariedade com a luta em defesa dos seus postos de trabalho.” -----

-----  
“MOÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS -----

Sob a capa da «municipalização» dos serviços públicos e com recurso ao abastardamento da ideia de descentralização, o governo preparou um extenso pacote de transferências de



competências da Administração Central para as autarquias locais – definir a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento de cada um dos serviços a que essas transferências respeitam, planejar os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinar os recursos humanos especializados necessários são áreas em que as competências se mantêm centralizadas.-----

O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira.-----

Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas –, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.-----

Escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, a mesma afirmação permanece, em todas as situações: do processo não pode resultar aumento da despesa pública.-----

O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas: longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.-----

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.-----

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas





114  
101

1

multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. -----

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. -----

Face aos projetos de diplomas do governo que visam transferir competências para as autarquias locais, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 29 de junho de 2018 delibera:-----

1. Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações.-----

2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias.-----

3. Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos. -----

4. Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local. -----

5. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”-----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que apresentou 2 recomendações cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“RECOMENDAÇÃO -- USO DE FITOFÁRMACOS -----





Muito se tem debatido sobre o uso de fitofármacos nas limpezas urbanas, tanto nos países membros como a nível nacional e mais especificamente nas autarquias.-----

Estes fitofármacos são do tipo penso rápido para estancar o crescimento desenfreado de ervas daninhas.-----

O uso de glifosato para controlo de pragas tem sido o mais usado nas nossas autarquias sendo este mais barato e de atuação rápida.-----

O que é o glifosato? É um herbicida sistémico de amplo espectro e dessecante de culturas usado para matar ervas daninhas e gramíneas. Esta substância é altamente prejudicial para a saúde pública sendo altamente cancerígena e tóxica, podendo matar culturas adjacentes às zonas de aplicação e contaminar lençóis freáticos, rios e águas subterrâneas (substância pode ficar ativa até 60 dias) logo qualquer consumo de água ou de alimentos provenientes de zonas “regadas” com fitofármacos acaba por prejudicar ou contaminar quem a consome (pessoas ou animais) sendo um atentado à saúde pública.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 29 de junho de 2018, recomenda à Câmara Municipal:-----

- Diminuição progressiva da utilização de fitofármacos tanto pela Câmara Municipal, como as empresas subcontratadas pelas Autarquias.-----

- Que avance com estudos, em Santa Maria da Feira, para métodos alternativos aos fitofármacos convencionais, especialmente ao glifosato.”-----

-----  
**“RECOMENDAÇÃO – MONTAGEM DE EVENTOS-----**

**CONSTRUIR A FEIRA MEDIEVAL SEM QUE ISSO SE CONVERTA NUM CRIME AMBIENTAL-----**

O CDS Feira, ao longo dos anos, tem constatado que as várias equipas que instalam a infraestrutura que suporta a Viagem Medieval, não têm a sensibilidade e o cuidado de preservar as árvores centenárias existentes à volta do Castelo, afixando os mais diversos equipamentos com pregos e parafusos chegando a atravessar as mesmas.-----

Considerando que o Perlim, o Imaginarius e a Viagem Medieval são eventos de excelência culturais/lúdicas, deveriam ter em conta o enquadramento do local sem prejudicar o espaço ambiental.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 29 de junho de 2018, recomenda:-----



Que toda a infraestrutura técnica que é da responsabilidade da Câmara Municipal respeite as normas ambientais. -----

Que a Câmara Municipal pressione as outras entidades responsáveis pela execução e colocação das estruturas técnicas, para respeitarem também elas as normas ambientais.”-----

O membro Ângelo Santos, concluindo a sua intervenção, deixou à Mesa 4 fotografias a propósito desta recomendação, para serem enviadas à Câmara Municipal. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que apresentou 1 moção, 3 recomendações e 1 voto de repúdio, cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“MOÇÃO – CONTRA O ENCERRAMENTO DE AGÊNCIAS DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

A Administração da Caixa Geral de Depósitos pretende encerrar, durante o ano de 2018, mais 70 agências e balcões do banco público em todo o país. Entre eles, destaca-se o encerramento da agência da CGD em Rio Meão, que serve os mais de 5000 habitantes, assim como o encerramento da agência de Romariz. -----

O encerramento de balcões a que a atual administração da Caixa se propõe coloca em causa a prestação de serviços públicos bancários a que a CGD deve estar obrigada. Um banco público não pode operar na mesma lógica que um qualquer banco privado porque um banco público tem responsabilidades acrescidas para com a população. A disponibilização dos serviços públicos bancários, a proximidade e a presença em todo o território nacional fazem parte dessas obrigações acrescidas. -----

O encerramento de balcões previsto (com alguns já em curso) representa um segundo erro: ao abandonar vários pontos do território nacional a Caixa está a abrir espaço para a penetração e instalação de outros bancos que querem disputar quota de mercado, o que pode prejudicar a própria Caixa, levando à transferência de clientes e de depósitos para outros bancos. -----

A recapitalização da Caixa tem que servir para reforçar a operação do banco público e não para diminuir a sua presença. O facto de este encerramento ser perpetrado completamente à revelia da população só demonstra que esta decisão não tem em conta o que é o interesse público nem as necessidades da população. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira deve tomar uma posição em defesa do serviço público e em defesa das populações que podem vir a ficar sem qualquer resposta do



114  
9  
5

banco público no seu território. -----

A solução tem que passar por lutar publicamente contra o encerramento de agências da caixa Geral de Depósitos. Tentar negociar a abertura de agências de outros bancos nada resolve, principalmente aos clientes do banco público que continuarão a ter que se deslocar a outras freguesias do concelho para entrar em contato com o seu banco e para poder realizar operações que fazem parte dos serviços públicos bancários básicos. Por isso é preciso que tanto a Assembleia Municipal como a Câmara Municipal se pronunciem publicamente e encetem todas as ações de protesto e negociação para contrariar o encerramento de balcões do banco público no concelho. -----

Estamos a falar de um concelho com uma oferta de transportes públicos muito limitada como reconheceu recentemente o Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão ao referir que será extremamente difícil para a população de Rio Meão se deslocar à agência de Santa Maria de Lamas se não tiver transporte público, uma vez que durante o horário de funcionamento do banco “só haverá um autocarro público, com sorte”. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 29 de junho de 2018, delibera: -----

1. Repudiar e opor-se à intenção da Administração da Caixa Geral de Depósitos de proceder ao encerramento de mais agências do banco público, em particular as agências das freguesias de Rio Meão e de Romariz, concelho de Santa Maria da Feira; -----
2. Desenvolver iniciativas em defesa do serviço público bancário, instando a Câmara Municipal a desenvolver também todas as medidas de negociação junto da CGD e medidas de pressão pública; -----
3. Enviar a presente moção, caso seja aprovada, ao Ministério das Finanças (representante do acionista Estado na CGD), à Administração da CGD e a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.” -----

-----  
“RECOMENDAÇÃO – ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROJETO A MINHA RUA -----

O projeto ‘A Minha Rua’ é um projeto de participação cívica que permite o envolvimento ativo do cidadão na gestão da sua rua ou bairro, comunicando problemas, tais como a necessidade de intervenção na via pública ou a manutenção de equipamentos, bem como sugerindo melhorias diretamente à Câmara Municipal. A plataforma possibilita, ainda,

---



7/3  
[Handwritten signature]

consultar a evolução do tratamento dado ao caso. -----

É um projeto público, promovido pela Agência para a Modernização Administrativa, que promove a participação dos municípios na gestão e melhoria do espaço público e que ajuda as autarquias locais a detetar situações que necessitam de melhoria, bem como sugestões para organizar e gerir melhor o espaço público. -----

Para isto basta que os municípios adiram a este projeto. Depois disso, qualquer cidadão pode comunicar, na plataforma, através de texto ou fotografia, situações que merecem atenção e intervenção da autarquia. A situação é encaminhada para a autarquia competente e o cidadão pode consultar a evolução do tratamento dado ao caso, sendo enviado um e-mail assim que a situação for resolvida ou solucionada pela autarquia. -----

Neste momento existem 84 municípios que já aderiram ao projeto. No distrito de Aveiro, os concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Oliveira de Azeméis, Ovar, Sever do Vouga e Vale de Cambra já aderiram ao projeto. Lamentavelmente, Santa Maria da Feira ainda não o fez. -----

O Bloco de Esquerda já trouxe o assunto a esta Assembleia Municipal, questionando diretamente o Executivo municipal sobre a não adesão a este projeto de democracia participativa e de cidadania ativa. O Presidente da Câmara referiu, na altura, que o município não aderiria a esta plataforma porque ela tinha um custo de adesão, dizendo ainda que o município não podia pagar para aderir a todas as aplicações que lhe são propostas. -----

Acontece que esta plataforma não é uma qualquer aplicação comercial e não tem nenhum custo de adesão. O Bloco de Esquerda questionou a Agência de Modernização Administrativa sobre esse aspeto, tendo recebido a resposta que se transcreve: -----

“Na sequência da questão enviada a qual mereceu a nossa melhor atenção, informamos que, a adesão e utilização à aplicação A Minha Rua é gratuita e voluntária, não implicando quaisquer custos para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. -----

Para que possam aderir, basta que o Município ou Autarquia por e-mail oficial manifeste a vontade de aderir à aplicação”. -----

Tendo isto em conta a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não tem nenhuma razão para não aderir a este projeto e para não divulgar amplamente o mesmo, fomentando a participação cidadã ativa. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão



ordinária de 29 de junho de 2018, recomenda ao Executivo Camarário: -----  
A adesão imediata ao projeto 'A Minha Rua', assim como a sua divulgação junto dos feirenses, promovendo a participação cívica e o envolvimento ativo dos munícipes na gestão do espaço público." -----

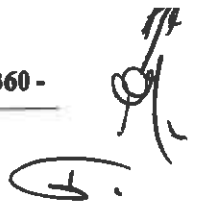
-----  
"RECOMENDAÇÃO – PELA URGENTE ELABORAÇÃO DUMA ESTRATÉGIA LOCAL AO ABRIGO DO 1.º DIREITO - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - DL N.º 37/2018, DE 4 DE JUNHO ----  
O Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, realizado em 2017 pelo IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) identificou 121 agregados familiares do município de Santa Maria da Feira em situação de grave carência habitacional. --  
Apesar de não abrangerem todos os casos de precariedade habitacional no concelho, o número apurado revela um agravamento significativo da situação habitacional quando comparado com os dados do INE relativos a 2011. -----

No seguimento de iniciativas políticas, como a Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017, para a criação dum novo programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas, foi agora publicado no DR n.º 106-1.ª série, de 4 de junho de 2018, o Decreto-Lei n.º 37/2018 que estabelece o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. -----

Embora não responda a todas as situações de carência habitacional, este novo programa abrange pessoas sem-abrigo e as situações de não renovação de contrato de arrendamento nos casos de agregados que integrem pessoas com deficiência ou arrendatários com mais de 65 anos, entre outras situações de precariedade, insalubridade, insegurança, sobrelotação ou inadequação da habitação, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência. Também as pessoas e agregados que residem em áreas urbanas degradadas com características próprias, designadas como "ilha", "pátio" ou "vila" têm direito a aceder a uma habitação adequada através da concessão de financiamento aos respetivos proprietários. -----

Pelo novo diploma legal, os municípios para além de apoio técnico, podem beneficiar de apoio financeiro sob a forma de comparticipações não reembolsáveis e de bonificação da taxa de juro de empréstimos, para a promoção de diversas soluções habitacionais: arrendamento de habitações para subarrendamento, encargo com os moradores de núcleos degradados, reabilitação ou construção e aquisição de frações ou prédios habitacionais. -----





Pelo acima exposto, e tendo também em conta a necessidade de respostas imediatas à situação de carência habitacional no concelho, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 29 de junho de 2018, recomenda ao Executivo Camarário: ----  
- que elabore com urgência a estratégia local prevista no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, e priorize as soluções habitacionais que pretende ver desenvolvidas no município ao abrigo do 1.º Direito.”-----

“RECOMENDAÇÃO – ADESÃO DO MUNICÍPIO À TARIFA SOCIAL DE RESÍDUOS URBANOS -----

Os serviços de águas e resíduos são essenciais ao bem-estar geral das cidadãs e cidadãos, à saúde pública, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Por isso, todas e todos têm direito à utilização, à continuidade e qualidade desses serviços, devendo para tal assegurar-se a inexistência de barreiras económicas ao seu acesso por parte dos consumidores. -----

No seguimento de iniciativas legislativas, como a aprovação no parlamento de um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, foi já estabelecido, através do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, o regime de atribuição de tarifa social, incidindo sobre o fornecimento de serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas. São abrangidos os consumidores que se encontram em situação de carência económica, em concreto os que recebam o complemento solidário para idosos ou o rendimento social de inserção ou o subsídio social de desemprego, o abono de família, a pensão social de invalidez ou pensão social de velhice, ou aqueles cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 euros, acrescido de 50% por cada elemento da família que não aufera qualquer rendimento. -----

Sendo também a gestão de resíduos urbanos um serviço público essencial, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), ao abrigo das suas competências legais, emitiu recentemente a Recomendação n.º 02/2018 para que sejam também aplicadas aos resíduos urbanos as mesmas regras em matéria de tarifa social. -----

Por forma a desincentivar o desperdício desse bem tão essencial como é a água e a induzir comportamentos ambientalmente sustentáveis, é sugerida a fixação de um limite máximo de consumo sobre o qual irá incidir a tarifa social. De salientar que para garantir a acessibilidade aos serviços públicos das águas e resíduos sólidos é indicado que o encargo tarifário não deverá ultrapassar 0,5% do rendimento do beneficiário quando o consumo anual não exceder





120 m<sup>3</sup>.-----  
Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 29 de junho de 2018, recomenda ao Executivo Camarário: -----  
- que desencadeie os procedimentos constantes da Recomendação ERSAR n.º 02/2018 com vista à implementação do regime de tarifa social no serviço de gestão de resíduos urbanos.” ---

-----  
“VOTO DE REPÚDIO – ÀS POLÍTICAS XENÓFOBAS QUE NÃO RESPEITAM AS POPULAÇÕES MIGRANTES E DESTROEM AS RESPOSTAS DE ACOLHIMENTO DE PESSOAS REFUGIADAS -----  
São crescentes preocupações, a nível europeu e internacional, com os fluxos migratórios dos últimos anos de milhares de pessoas migrantes e refugiadas a tentar chegar à Europa, via Mediterrâneo, na sua maioria com origem na Síria, Iraque, Afeganistão e Eritreia; -----  
No âmbito da “Agenda Europeia para as Migrações”, de 13 de maio de 2015, a Comissão Europeia ativou o sistema de emergência a fim de assegurar uma melhor distribuição dos requerentes de asilo por toda a Europa, com o consequente desenvolvimento de um programa de reinstalação dessas pessoas, identificadas pelo Alto Comissariado pelas Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), de forma a garantir a sua proteção internacional; -----  
O Governo Português, ao abrigo do mecanismo de solidariedade previsto no sistema de reinstalação de pessoas refugiadas, disponibilizou-se perante a Comissão Europeia, em setembro de 2015, para acolher 4.574 pessoas;-----  
O recém-eleito Governo Italiano, composto por partidos xenófobos e de extrema-direita, violou o Direito Internacional, recusando a entrada do Aquarius, gerido pela SOS Mediterranée e, consequentemente, a receção de 629 homens, mulheres e crianças em situação de extrema vulnerabilidade. Após um impasse de várias horas, o Governo Espanhol garantiu a receção dos migrantes que foram, entretanto, transportados para Espanha no Aquarius, com apoio de dois barcos da marinha italiana;-----  
A crescente prevalência do discurso xenófobo, o crescimento eleitoral de partidos de extrema-direita em vários países e a disseminação de muitas das suas visões e conceções, indissociáveis das políticas e da ação da própria União Europeia, assumem proporções preocupantes, que justificam um decidido combate em nome dos valores da liberdade e da democracia. Os países não deveriam poder recusar a ajuda humanitária a refugiados e migrantes, muito menos criminalizar essa ajuda, como acontecer recentemente na Hungria;-----



As políticas da União Europeia neste domínio, assentes no conceito da “Europa fortaleza” e numa visão que criminaliza os migrantes e as migrações, tem demonstrado a sua natureza desumana, seletiva e desrespeitadora do direito internacional, nomeadamente no que se refere ao direito de asilo. A criação de campos de retenção de migrantes em países terceiros, o acordo celebrado com a Turquia para a expulsão de migrantes para este país, a chantagem efetuada com países em desenvolvimento para aceitação de acordos semelhantes, a tendencial militarização da questão migratória e a intenção de criação de uma polícia de fronteiras a partir da agência Frontex, são elementos basilares do que tem sido a ação da União Europeia, ao invés da necessária criação de condições de acolhimento e de rotas migratórias legais e seguras, que não deixem os migrantes à mercê das redes de exploração e tráfico de seres humanos. -----

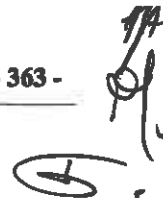
As recentes notícias que retratam a situação dramática de centenas de crianças e jovens separados das suas famílias, denunciam um atentado aos Direitos Humanos que se aproxima de técnicas de tortura emocional e psicológica utilizadas em prisões militares. Neste caso, as medidas são aplicadas sobre cidadãos extremamente vulneráveis, física e psicologicamente, sendo uma amostra da coincidência existente entre a política migratória dos Estados Unidos da América com as propostas da extrema-direita europeia; -----

As crianças, algumas delas apenas com seis anos de idade, terão sido propositadamente separadas dos seus pais pelas autoridades norte-americanas como forma de dissuadir os fluxos migratórios para os Estados Unidos. O próprio Presidente Donald Trump confirmou publicamente tal situação. O conhecimento dos detalhes de toda esta prática só aumenta a nossa convicção de que estamos perante um ato cruel e de flagrante violação de direitos humanos; -----

As imagens divulgadas pela comunicação social norte-americana mostram centros de detenção formados por jaulas onde as crianças são colocadas a dormir no chão com um cobertor térmico. Os centros estão iluminados 24 horas por dia, igualando condições próximas da tortura. -----

Segundo informações tornadas públicas, após a separação, não existe qualquer hipótese de reunião das crianças com as suas famílias, nem de contacto ou sequer de informação sobre o paradeiro de cada membro da família. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão



ordinária, a 29 de junho de 2018, delibera:-----

1. Repudiar a atitude do recém-eleito Governo Italiano, violadora do Direito Internacional ao recusar o auxílio a centenas de seres humanos numa situação dramática;-----
2. Repudiar as políticas levadas a cabo pela União Europeia, assentes na criação de uma “Europa fortaleza”, que continuam a fazer do Mediterrâneo uma enorme vala comum;-----
3. Repudiar a política desumana de separação de famílias levada a cabo pelo Governo Americano, indigna de qualquer sociedade civilizada e democrática; -----
4. Reiterar a disponibilidade para acolher e integrar mais famílias refugiadas e migrantes, respondendo de forma solidária às crises humanitárias.” -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Lúcia Duarte* (PS) que apresentou 1 recomendação e 2 votos de louvor, cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“RECOMENDAÇÃO – LIMPAR SANTA MARIA DA FEIRA PARA SALVAR A TERRA -----

No dia 22/04 celebramos o “Dia Mundial da Terra”.-----

No dia 05/06 celebramos o “Dia Mundial do Meio Ambiente”.-----

São dias que representam importantes manifestações informativas e educativas, para avaliar os problemas do nosso planeta a nível ambiental.-----

Todos sabemos que é urgente defender e melhorar o ambiente. Esta é uma meta fundamental que só será alcançada se todos trabalharmos nesse sentido.-----

Já em 1972, na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo, se salientava a necessidade de inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano [...] através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual a nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas.-----

Hoje, a nossa esperança é que não seja tarde demais.-----

De facto, quem não ficou sensibilizado com a notícia daquele mamífero que engoliu dezenas de Kg de plástico nos nossos oceanos? É culpa de todos nós!-----

Este assunto não é novidade no âmbito da gestão pública. Esta preocupação acompanha a humanidade muito provavelmente desde que o homem adquiriu alguma organização social. ---



*[Handwritten signatures and initials]*

Todos nós já ouvimos de familiares ou amigos “Não deites o lixo para o chão!”. Contudo, o ser humano leva ao extremo o desrespeito por uma regra tão simples, deixando nos espaços públicos ou atirando para a berma todo o tipo de resíduos, alguns até tóxicos. Isto vê-se em terrenos privados, públicos, estradas, jardins e praças. Resíduos estes que se vão aglomerando e que até ferem a vista de qualquer transeunte, munícipe ou turista. -----

Santa Maria da Feira não é exceção. E, apesar de nas ruas da cidade já ser presença habitual à noite o carrinho da limpeza da via pública, a verdade é que em tão grande concelho estes espaços estão “plantados” de papel, plástico e vidro. -----

Santa Maria da Feira pode-se tornar um Município exemplar (como já sucede com outros locais que marcam quem os visita pela imagem de limpeza pública que nos deixam; por exemplo, a ilha de São Miguel, nos Açores). É este nível que pretendemos atingir. -----

Se o desenvolvimento da temática ambiental nas escolas não é suficiente, é nossa obrigação atuar politicamente. Para além da fiscalização e punição dos infratores, tem este município todas as condições para criar um incentivo ao combate a este flagelo (atualmente, mais notório devido à limpeza dos terrenos). -----

Neste contexto, considerando que é urgente a tomada de atitudes no sentido de proteger o espaço onde ainda podemos viver, se é necessária uma intervenção central nesse sentido, não menos fundamental será que tais atitudes partam de cada município, de cada freguesia, de cada um de nós. -----

Assim, entre outras medidas, propõe-se a criação de um programa de escalonamento das freguesias que melhor cumpram esta tarefa ambiental, quer incentivando e promovendo a limpeza da via pública, quer gerando condições para a criação e mobilização de uma consciência coletiva para a limpeza e manutenção da mesma em todos os espaços suprarreferidos. -----

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do PS, recomendar à Câmara que: -----

1 – Assuma como prioridade nas várias áreas de intervenção do Município, a adoção de práticas ambientais sustentáveis; -----

2 – Desenvolva, com frequência, campanhas de sensibilização no sentido da urgência de mudança de comportamentos dos munícipes; -----

3 – Promova a limpeza e manutenção das vias e espaços públicos, criando um incentivo às



Handwritten signature

Handwritten mark

freguesias (não necessariamente financeiro) que, em cada ano, consigam apresentar um índice de civismo mais elevado neste setor, através da criação de mecanismos de consciência e mobilização – gerando competitividade entre as mesmas em ordem à obtenção desse incentivo. -----

4 – Envie a presente deliberação às Associações de Defesa do Ambiente com sede e/ou com representação no concelho de Santa Maria da Feira.” -----

**“VOTO DE LOUVOR -----**

O Lusitânia de Lourosa F.C. é inequivocamente uma das maiores e das mais populares associações do Município de Santa Maria da Feira e do Distrito de Aveiro, sendo conhecidos os seus associados, adeptos e simpatizantes, pela presença fiel nos eventos desportivos e pela sua paixão raras de ver igualadas, tendo em conta a dimensão da freguesia e cidade que viu nascer tal coletividade. -----

Fundado em 24/04/1924 e, assim, caminhando a passos largos para a celebração do seu centenário, o Lusitânia de Lourosa, percorrido um longo período em que, como a maior parte dos clubes, se reduzia à prática do futebol, desde há vários anos tem realizando um esforço assinalável para revelar um maior ecletismo e abrangência, sendo particularmente notados e bem-sucedidos, desportivamente, os desempenhos nas modalidades do futsal e ténis de mesa, com vários títulos regionais e nacionais. -----

O futebol, todavia, continua a ser modalidade matriz e rainha da coletividade e, também como é comum dizer-se, a sua “mola real”, celebrando o Lusitânia de Lourosa, na recentemente cessada época desportiva, o regresso aos Campeonatos Nacionais de Futebol, após um curto interregno de dois anos em que disputou o escalão máximo das provas da Associação de Futebol de Aveiro, designadamente, na dita e recentemente concluída época desportiva 2017/2018, disputando a muito exigente “Liga Safina”, escalão de acesso aos referidos Nacionais, concorrendo com alguns dos maiores e mais históricos Clubes do distrito, entre eles o S.C. Beira-Mar, que durante anos gravitou no topo do futebol nacional. Nesta prova, com o brilhantismo que ilustra a elevada diferença pontual relativamente ao segundo classificado, o Lusitânia de Lourosa F.C. sagrou-se, mais uma vez, campeão Distrital de Aveiro, elevou bem alto o dinamismo das gentes da cidade e do concelho que o suportam e apoiam. -----





*[Handwritten signature and initials]*

A par, ainda na referida modalidade, o Lusitânia de Lourosa venceu a Supertaça de Aveiro, de resto disputando-a com o atrás referido S.C. Beira-Mar – clube este ao qual coube a conquista da Taça Distrital de Aveiro –, solidificando a sua absoluta superioridade na época desportiva que findou e que guindou o Clube, mais uma vez, às provas de âmbito Nacional (Campeonato Nacional de Seniores – CNS) a que habituou os seus adeptos, permitindo ao concelho ter uma segunda equipa de futebol sénior a disputar provas de tal âmbito, com isso contribuindo para a projeção do desporto local. -----

Propõe o GM/PS à Assembleia Municipal, registando o sucesso mais uma vez alcançado por esta coletividade concelhia e a dedicação de tantos que intensamente o apoiam, seja aprovado um voto de louvor ao Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, pelo seu sucesso desportivo consubstanciado na última época mediante a conquista da principal prova sénior em Futebol da Associação de Futebol de Aveiro, a “Liga Safina” época 2017/2018, bem como da Supertaça de Aveiro, vendo premiado o empenho dos seus atletas, técnicos e dirigentes, bem como correspondida a dedicação dos seus sócios, adeptos e simpatizantes, com isso proporcionando a elevação do nível competitivo do desporto municipal ao nível do futebol pela ascensão às provas Nacionais e aportando uma maior notoriedade e desenvolvimento locais. -----

Mais se propõe que tal louvor, sendo aprovado, seja levado ao conhecimento da coletividade em termos próprios e habituais neste tipo de deliberação.” -----

“VOTO DE LOUVOR -----

É recorrente assistir-se pelo País fora a alguma exultação institucional com os cidadãos ou munícipes mais destacados em determinadas áreas, “puxando para cima”, como sói dizer-se, e premiando, tais personalidades, com isso elevando também o orgulho dos restantes munícipes ou habitantes identificados com tais espaços geográficos. -----

É também possível encontrar tais personalidades no concelho de Santa Maria da Feira nas mais diversas áreas, desde a política à cultura, da ciência ao desporto, sendo este último, na sua essência ou forma mais pura, um elevado modo de manifestação cultural. -----

Crê-se, neste quadro, e olhando para o que se passa no resto do País e, como atrás referido, para as suas diversas regiões e municípios, que não somos particularmente exagerados a sublinhar os feitos e sucessos notáveis daquelas e daqueles que, nascendo e vivendo no nosso





Município ou localidade, se evidenciam e nos orgulham com as suas realizações e sucessos.---  
E se é certo que não pontificam em abundância os “Cristianos Ronaldos”, em Portugal ou em qualquer parte do Mundo, não é menos certo e verdadeiro que o Município de Santa Maria da Feira tem gerado, e continua a gerar, desportistas de eleição e de superior qualidade, que muito o dignificam nesses e muito importante dimensão humana que emerge da excelência no desporto. -----

Vem a propósito este introito da iniciativa de ver aprovado um voto de louvor a um futebolista, nado e criado neste concelho, onde nasceu em 2/6/1992, na freguesia de Paços de Brandão, de seu nome completo Sérgio Miguel Relvas de Oliveira, no futebol conhecido simplesmente como Sérgio Oliveira. -----

Era possível elencar de forma copiosa muitos dos feitos desportivos deste ainda jovem atleta, sagrado recentemente Campeão Nacional da Superliga pelo F.C. do Porto na época desportiva 2017/2018. Porém tal exercício seria longo e certamente bem dispensado pela mera consulta, por aqueles que não conhecem os êxitos em detalhe, pelo simples recurso aos muitos sítios que pululam na internet.-----

Dispensando-se desta forma tal narração mais exaustiva, não se resiste ainda assim a sublinhar dois ou três factos que se reputam mais marcantes. Um deles relacionado com circunstância de o proposto ter sido o jogador de futebol mais jovem a participar num jogo da equipa principal do F.C. do Porto, o que ocorreu para a Taça de Portugal, com o Sertanense, tinha o Sérgio, 17 anos de idade, contribuindo mesmo, nesse desafio, com “a assistência” (na linguagem já considerada pré-histórica do futebol dir-se-ia simplesmente, “com o passe”) para o golo do brasileiro Hulk. Outro facto marcante resulta da circunstância do Sérgio Oliveira ter sido Internacional Português em todos os escalões do Futebol Nacional, incluindo a seleção Olímpica, só lhe faltando a seleção A, tendo sido porém pré-selecionado por Fernando Santos para o ainda em curso Campeonato Mundial da Rússia 2018. Nesta abordagem seletiva ou exígua de fatos relevantes da vida desportiva do Sérgio Oliveira, não será por fim despiciendo vincar que foi feito “Cavaleiro da Ordem do Infante D. Henrique”, como aos demais atletas da seleção Nacional de Sub-20, em 6/6/2011, pelo Presidente da República de então, Aníbal Cavaco e Silva. -----

Porém, não são esses os factos que estimulam a proposta de atribuição deste louvor por parte da Assembleia Municipal, ou melhor, não são principalmente estes. Na verdade, crê-se que o



trajeto de vida e desportivo do proposto tem um fator acrescido que justifica particularmente o louvor aqui reclamado e que emerge da sua perseverança e abnegação quando muitos possivelmente já não acreditavam que voltasse à ribalta e aos “grandes palcos” do futebol e, antes, antevendo-se até que, como tantos outros, iria paulatinamente entrar numa penumbra desportiva sem regresso. E isso porque, concluída a sua formação desportiva nas camadas jovens do F.C. do Porto e após a celebração de um contrato como profissional pelo F.C. do Porto com cedências temporárias e inicialmente aceitáveis (porque supostamente para “ganhar experiência” noutros clubes, nacionais e estrangeiros), viria o Sérgio Oliveira a ser definitivamente cedido ao Paços de Ferreira, pensando-se que a sua carreira desportiva não teria o brilhantismo augurado. Porém, sempre acreditando nas suas capacidades, com o apoio da família e com a sua enorme e referida perseverança, dedicação e, claro, indesmentível qualidade, o Sérgio Oliveira fez por merecer calcorrear o percurso inverso, voltando a ser contratado pelo F.C. do Porto pela indicação de Paulo Fonseca, e, na época finda, já após ter passado pelo meio as agruras da falta de utilização com o espanhol Lopetegui e uma nova dispensa (ao Nantes, de França), tornou-se Campeão Nacional de Futebol, fazendo jogos e alguns golos memoráveis, sob as ordens de Sérgio Conceição, garantindo mesmo a titularidade.-----

É sobretudo este percurso de manifesta perseverança, empenho e qualidade – quando possivelmente muitos ou alguns já não acreditavam nas suas possibilidades para atingir um nível tão elevado quanto aquele que atingiu –, que constitui um exemplo sobretudo para os jovens deste Município, qualquer que seja a área de atividade a que se dediquem, para que nunca desistam dos seus sonhos e objetivos que, a nosso ver, a par com a enorme qualidade desportiva do visado, tornam o cidadão proposto Sérgio Oliveira merecedor da referência e deliberação positiva da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira.-----

Propõe, assim, o GM/PS à Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor ao futebolista brandoense e feirense, Sérgio Miguel Relvas de Oliveira, pelo seu trajeto e excelência desportiva coroada com o título de Campeão Nacional de Futebol da Superliga 2017/2018 ao serviço do F. C. do Porto, mas também, e particularmente, pela sua exemplar determinação, perseverança e dedicação à atividade que abraçou e que constitui um exemplo para todos os munícipes, mas sobretudo para os mais jovens cidadãos deste concelho. -----

Em termos próprios, tal voto de louvor, se aprovado, deverá ser levado ao conhecimento do



proposto.” -----  
-----

Interveio o membro *Mário Jorge Reis* (PSD) que apresentou o voto de protesto cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“VOTO DE PROTESTO PELO ENCERRAMENTO DA AGÊNCIA DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS DE RIO MEÃO -----

A população de Rio Meão tem vivido em sobressalto com o anúncio de que se verá privada do único balcão de um banco que serve a freguesia. O anúncio do encerramento da agência da Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem provocado alarme social, porquanto não cabe em qualquer lógica de bom senso o encerramento do balcão do banco público numa freguesia que integra um dos concelhos mais exportadores do país e faz parte de um eixo industrial que emprega milhares de trabalhadores. -----

O anunciado encerramento da agência de Rio Meão da CGD é tanto mais inexplicável quanto é verdade que aquela não serve apenas a freguesia, considerando que está na confluência de concelhos vizinhos, como Ovar e Espinho. Mais, a vila riomeonense integra o maior polo industrial do norte do país em desenvolvimento – o Lusopark –, que representará um aumento considerável da população e do universo de clientes da CGD. Não havendo uma agência nas imediações, não se compreende a eventual proposta de encerramento. -----

É sabido que o plano de capitalização e reestruturação da Caixa Geral de Depósitos (CGD) negociado e acordado pelo governo com a Direção Geral de Concorrência da Comissão Europeia (DGComp) implicou, como contrapartida pela opção de uma elevadíssima injeção de fundos públicos, drásticas medidas de aumento de receitas de comissões bancárias e de eliminação de balcões e número de trabalhadores da Caixa. São consequências da opção do governo e do compromisso que assumiu com a Comissão Europeia. -----

Já em 2017 a CGD procedeu ao encerramento de 64 agências presenciais, reduzindo o número de balcões em Portugal de 651 para 587, o que, para muitos portugueses, traduziu-se numa dificuldade acrescida no acesso aos serviços bancários e na quebra de uma relação de confiança que durava, por vezes, há décadas. Acresce que o Plano Estratégico da CGD aponta para uma redução do número de agências para 470 a 490 em 2020 e, já este ano, segundo confirmação do presidente da comissão executiva da CGD, ocorrerá uma significativa diminuição de balcões. Esta semana foi noticiado que até final do corrente mês de junho



seriam encerrados 75 balcões.-----

Todavia, importa apurar os critérios que estiveram na base da decisão de encerramento de balcões como o de Rio Meão, porquanto não será, certamente, por falta de clientes e, em consequência, de movimento bancário, que uma agência como esta é colocada na lista para cessação de atividade. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata exorta a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira no sentido de que seja deliberado:-----

Aprovar um voto de protesto pelo anunciado encerramento do balcão de Rio Meão da Caixa Geral de Depósitos, considerando não se vislumbrarem razões que determinem esta medida drástica, que prejudicará seriamente a população de uma freguesia que integra um eixo industrial dos maiores do país e que contribui grandemente para a sua economia. -----

Deliberar ainda o envio deste voto de protesto ao Conselho de Administração da CGD, ao Ministério das Finanças e à Assembleia da República para conhecimento de todos os Grupos Parlamentares.”-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Ana Patrícia Cunha* (PSD) que apresentou o voto de congratulação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO -----

Considerando a recente atribuição da Medalha de Ouro de Serviços Distintos do Ministério da Saúde ao Insigne Feirense Doutor Serafim Manuel da Rocha Guimarães, os elementos eleitos pelo Partido Social Democrata junto da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira vêm propor a esta câmara a aprovação de um Voto de Congratulação à excelência académica, ao mérito científico e sobretudo ao incessante esforço demonstrado por este nosso conterrâneo ao longo de toda a sua brilhante carreira. -----

A dedicação plena do Doutor Serafim Guimarães à Medicina e à promoção da Saúde em Portugal são predicados que lhe permitem assumir-se enquanto figura ímpar e distinta no Serviço Nacional de Saúde.-----

Com a atribuição de tão justa e ilustre distinção, o Ministério da Saúde da República Portuguesa reconhece que os ensinamentos científicos, o exemplo e o percurso do Doutor Serafim Guimarães são dignos de integrarem o Património Médico-Científico Português. -----

O momento vivido no passado dia 7 de Abril, por ocasião das celebrações do Dia Mundial da



Saúde, assume-se para o Concelho de Santa Maria da Feira, terra natal do Doutor Serafim Guimarães, como motivo de incontido, verdadeiro e sentido orgulho e alegria. -----  
Pelo exposto, o Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira propõe a aprovação de um Voto de Congratulação pela atribuição da Medalha de Ouro de Serviços Distintos do Ministério da Saúde ao Doutor Serafim Guimarães.” -----

-----  
Interveio o membro *António Topa* (PSD) que apresentou a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“MOÇÃO – INCLUSÃO DA LINHA FERROVIÁRIA DO VALE DO VOUGA NO PLANO NACIONAL DE INVESTIMENTOS 2030 PARA PERMITIR A SUA MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO COM O OBJETIVO DE A LIGAR DIRETAMENTE À LINHA DO NORTE -----

A temática da Mobilidade e Transportes assume-se, indubitavelmente, como um dos fatores-chave para a competitividade e coesão dos territórios. -----

O desenvolvimento económico, a criação de emprego, a coesão social e territorial resultam, em grande medida, da capacidade advinda de um ajustado e planeado investimento infraestrutural dos territórios. -----

Nesse sentido, a unanimidade dos estudos é inequívoca em considerar como determinante, decisiva e estratégica a aposta no Transporte Ferroviário. -----

Contrariando todas as recomendações técnicas, o Plano Estratégico dos Transportes de 2011, numa irrefletida e incompreensiva decisão, propunha o encerramento da Linha Ferroviária do Vale do Vouga. Na altura, apenas um alargado consenso político gerado na região conseguiu travar uma medida que, a concretizar-se, se assumiria como verdadeiramente ruínosa para os municípios em causa. -----

A Linha do Vale do Vouga, que chegou a assegurar a ligação da Linha do Norte, em Espinho, à Linha do Dão, em Viseu, tem atualmente em exploração 97 km em dois ramais distintos: um troço compreendido entre Aveiro e Águeda e outro entre Espinho / Santa Maria da Feira / São João da Madeira / Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha. -----

É certo que um impensado e sucessivo desinvestimento nesta Linha redundou numa acentuada deterioração das condições do serviço prestado às populações. -----

No entanto, a Linha do Vale do Vouga conserva todo um potencial que importa saber capitalizar em nome do desenvolvimento estratégico dos municípios de Espinho, Santa Maria





da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, bem como de uma dinâmica de mobilidade sustentável necessária para toda a Área Metropolitana do Porto.-----

A reabilitação e modernização da Linha do Vale do Vouga é anseio antigo e legítimo de uma população com mais de 300 mil habitantes dos municípios por ela servidos, já que, ainda que desperdiçado, continua a ser um recurso estruturante de um dos mais importantes eixos urbanos do país. -----

O estado de abandono conferido à Linha do Vale do Vouga representa um não reconhecimento da importância dos municípios a sul do Douro, região que desempenha uma função verdadeira e altamente catalisadora do tecido económico do país, por força da sua matriz fortemente industrializada e da vocação eminentemente exportadora das suas empresas. -----

Reabilitar, modernizar e valorizar a Linha do Vale do Vouga é um imperativo estratégico que se coloca à região e ao país. -----

Adicionalmente, a integração deste troço ferroviário no Sistema Intermodal Andante será garante do desenvolvimento do mosaico urbano destes municípios e um importante instrumento de apoio ao reforço da coesão territorial e social de toda a Área Metropolitana do Porto.-----

Nos dias de hoje, não dispõem os municípios de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira de uma eficaz, eficiente ou sustentável ligação ferroviária ao Centro da Área Metropolitana do Porto. -----

É verdadeiramente inexplicável a sucessiva não inclusão da Linha do Vale do Vouga nos diversos Planos de Investimentos realizados pela Administração Central. -----

Estudos técnicos credíveis demonstram e comprovam a rentabilidade económica da ligação ferroviária no troço compreendido entre Oliveira de Azeméis e Espinho. Esses mesmos estudos reforçam a importância estratégica de integração da Linha do Vale do Vouga com a Linha do Norte e sua inclusão na Concessão “CP Porto”. -----

A operação de valorização e modernização da ligação ferroviária do Vale do Vouga será capaz, com toda a certeza, de protagonizar um acentuado melhoramento da dinâmica da mobilidade em toda a AMP. Basta vermos o exemplo de Guimarães, onde uma operação semelhante à que se reclama para a Linha do Vouga permitiu que, em pouco mais de 8 anos, se passasse de uns meros 300 passageiros/ano para cerca de 2 milhões. -----



Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira que: -----

- Delibere a presente moção que recomenda ao Governo a inclusão no Programa Nacional de Investimentos 2030 e/ou outros Programas Nacionais ou Comunitários do Projeto de Requalificação e Modernização da Linha Ferroviária do Vale do Vouga, projeto esse assente nas premissas de alargamento da bitola existente, interligação deste troço ferroviário com a Linha do Norte (com integração na Concessão “CP Porto”), bem como integração no Sistema Intermodal da Área Metropolitana do Porto “Andante”; -----
- Seja remetida a presente moção às Assembleias Municipais de Espinho, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, bem como ao Conselho Metropolitano da AMP, com o intuito de deliberarem no mesmo sentido, reforçando assim a luta pelo projeto de requalificação e modernização da Linha do Vouga e conseqüente ligação desta à Linha do Norte.” -----

De seguida, interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que, começando por referir-se às moções apresentadas pela CDU, disse acompanhar a moção relacionada com o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos de Rio Meão mas que, por outro lado, não acompanha a moção relativa à transferência de competências porque, no entendimento do CDS-PP, a mesma é débil na certeza e pouco palpável na realidade, ressaltando que a CDU é um membro integrante do Governo atual e que a posição que tem é volátil e geográfica. -----

Relativamente aos documentos apresentados pelo Bloco de Esquerda disse que o CDS-PP se congratula, também, com a moção contra o encerramento de agências da Caixa Geral de Depósitos no Concelho. -----

Informou também acompanhar a recomendação pela adesão do Município ao projeto “A Minha Rua”, bem como o voto de repúdio contra as políticas xenófobas, comentando que o CDS-PP está sempre do lado dos direitos humanos. -----

Sobre o voto de congratulação ao seu conterrâneo Doutor Serafim Guimarães, proposto pelo PSD, referiu também se congratular com esse voto, parabenizando o Doutor Serafim Guimarães pelo feito alcançado. -----

Fez notar que, de igual modo, acompanha a moção relacionada com requalificação da Linha do Vouga, dando nota que o CDS-PP iria realizar, no sábado seguinte, uma iniciativa para



chamar a atenção para a necessidade de requalificação daquela Linha, acrescentando ser preciso que, de uma vez por todas, tal requalificação entre na ordem do dia e seja executada. --  
Concluindo a sua intervenção, o membro Ângelo Santos informou que, de igual modo, iria acompanhar a recomendação do PS sob o tema “Limpar Santa Maria da Feira para salvar a Terra”. -----  
-----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“1. Sobre o encerramento de agências da CGD no concelho de Santa Maria da Feira, o Bloco de Esquerda vota favoravelmente todos os documentos que aqui foram apresentados até porque o Bloco de Esquerda apresentou, hoje também, propostas sobre o mesmo assunto. -----

Não concordamos e não aceitamos o encerramento de mais serviços públicos no concelho, e por isso consideramos que a Assembleia Municipal e o Executivo Municipal devem tomar uma posição clara sobre o assunto. -----

Não concordamos quando, durante o Governo do PSD e do CDS, a Caixa encerrou mais de 100 balcões em Portugal. Não concordamos quando no ano passado se encerraram mais agências. Não concordamos quando outras entidades – como os CTT – encerram os seus serviços em Santa Maria da Feira, com claros prejuízos para a população. -----

O PSD não tem tido essa posição. Ainda recentemente, discutindo o encerramento de outras agências da CGD no concelho, disse que não deveria interferir na gestão desta empresa e nos preceitos da chamada ‘concorrência’. A mudança de posição do PSD será mais motivada pelo oportunismo do que pela defesa da população, como já se sabe. -----

2. Sobre a Linha do Vouga, o Bloco de Esquerda já apresentou várias vezes propostas nesta mesma Assembleia e na própria Assembleia da República. Defendemos a requalificação de toda a Linha do Vouga e não só entre Espinho e Oliveira de Azeméis. Lamentamos o desinvestimento a que o PSD-CDS e o PS têm votado esta infraestrutura e a forma como, no passado, o próprio PSD impediu iniciativas do Bloco sobre este assunto, o que acentuou a degradação da Linha. -----

3. Sobre a questão dos fitofármacos e da aplicação do glifosato em espaço público, votamos favoravelmente a proposta do CDS, ainda que ela seja claramente insuficiente. O que é preciso não é só uma redução gradual. É mesmo preciso acabar com a aplicação de uma



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

substância que é cancerígena e que está a prejudicar a saúde da população. O que é preciso não é fazer mais estudos. Eles já existem e são muito conclusivos. O que é preciso é decisão política! -----

Esperamos que o CDS, da próxima vez que propusermos a proibição deste cancerígeno no espaço público, esteja mais preocupado com a saúde pública do que com os negócios e lucros de empresas como a Monsanto. É que na Assembleia da República o CDS tem votado sempre contra as propostas para erradicação deste produto”. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que, começando por aludir aos dois votos de louvor apresentados pelo PS, fez notar que o PS entende ser merecida a atribuição de um voto de louvor ao Lusitânia de Lourosa F.C. pela carreira que fez na transata época desportiva, tal como entende ser merecida a atribuição de um voto de louvor ao atleta *Sérgio Oliveira*, de Paços de Brandão, por ser um exemplo de perseverança para os feirenses dado que, quando todos lhe auguravam a penumbra, ele não baixou os braços e conseguiu, com muita vontade e com muito trabalho, alcançar o que pretendia.-----

Em relação aos restantes documentos em discussão informou que o grupo municipal do PS os iria votar favoravelmente, com exceção da moção da CDU sobre a transferência de competências para as autarquias porque considera que quanto mais próximo estiver a entidade da população mais eficientemente gere os recursos, pelo que não podia acompanhar essa moção. -----

Quanto à questão da Caixa Geral de Depósitos referiu que o grupo municipal do PS considera que as agências que existem no Concelho devem permanecer, comentando que, independentemente de o Governo ser, ou não, do Partido Socialista, o grupo municipal do PS apoia aquilo que é bom para o Concelho porque este está à frente de algumas questões partidárias.-----

Concluindo a sua intervenção o membro *Sérgio Cirino* salientou que as recomendações apresentadas pelo CDS-PP são positivas pelo que o grupo municipal do PS as iria acompanhar, tal como acompanharia as propostas apresentadas pelo PSD, não deixando de mencionar que o voto de congratulação a atribuir ao Doutor *Serafim Guimarães* é totalmente merecido. -----



*[Handwritten signature]*

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Voto de Congratulação ao Doutor Serafim Guimarães, apresentado pelo PSD:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 30, PS: 11, CDS-PP: 1, IND: 1) e 3 abstenções (PSD: 1 – Serafim Guimarães, BE: 2), aprovar o voto de congratulação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Voto de Louvor ao Lusitânia de Lourosa F.C., apresentado pelo PS:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 31, PS: 10, CDS-PP: 1, IND: 1) e 3 abstenções (PS: 1 – Manuel Almeida, BE: 2), aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Voto de Louvor ao atleta Sérgio Oliveira, apresentado pelo PS:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 31, PS: 11, CDS-PP: 1, IND: 1) e 2 abstenções (BE), aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção “Contra o encerramento de agências da Caixa Geral de Depósitos no concelho de Santa Maria da Feira”, apresentada pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 31, PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção “Em defesa da continuidade do funcionamento do balcão da Caixa Geral de Depósitos em Rio Meão”, apresentada pela CDU:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 31, PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----





– Moção “Transferência de Competências”, apresentada pela CDU: -----  
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor (BE) e 44 votos contra (PSD: 31, PS: 11, CDS-PP: 1, IND: 1), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Moção “Inclusão da Linha Ferroviária do Vale do Vouga no Plano Nacional de Investimentos 2030 para permitir a sua modernização e requalificação com o objetivo de a ligar diretamente à Linha do Norte”, apresentada pelo PSD: -----  
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 31, PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação “Adesão do Município ao projeto A Minha Rua”, apresentada pelo BE: ----  
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 31, PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação “Pela urgente elaboração duma estratégia local ao abrigo do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - DL n.º 37/2018, de 4 de junho”, apresentada pelo BE: -----  
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos a favor (PS: 11, BE: 2, IND: 1) e 32 votos contra (PSD: 31, CDS-PP: 1), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação “Adesão do Município à tarifa social de resíduos urbanos”, apresentada pelo BE: -----  
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 31, PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação “Montagem de Eventos”, apresentada pelo CDS-PP:-----



A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos a favor (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1) e 31 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
- *Recomendação “Uso de fitofármacos”, apresentada pelo CDS-PP:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 31, PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Recomendação “Limpar Santa Maria da Feira para salvar a Terra”, apresentada pelo PS:-*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos a favor (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1) e 31 abstenções (PSD), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
- *“Voto de Protesto pelo encerramento da agência da Caixa Geral de Depósitos de Rio Meão”, apresentada pelo PSD:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 31, PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar o voto de protesto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Voto de Repúdio “As políticas xenófobas que não respeitam as populações migrantes e destroem as respostas de acolhimento de pessoas refugiadas”, apresentada pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos a favor (PS: 11, BE: 2, IND: 1), 31 votos contra (PSD: 30, CDS-PP: 1) e 1 abstenção (PSD – António Topa), rejeitar o voto de repúdio em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
O membro **Rui Ribeiro** (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Relativamente ao encerramento da Caixa Geral de Depósitos, obviamente que somos contra este encerramento. No entanto, já aqui foi falado, acho que deveríamos, todos nós, inclusivamente o PSD, fazer chegar as moções e recomendações atempadamente porque acho



que este assunto é de extrema gravidade e deveríamos fazer um único documento que juntasse todas as intenções, toda a palavra da Assembleia. Portanto, não justifica apresentarmos documentos diferentes que, na essência, apesar de haver aqui alguns considerandos que nós não alinhamos, um documento único tinha um peso diferente. -----

Relativamente à moção da transferência de competências, o Sérgio Cirino já o disse aqui, nós somos contra esta proposta, as políticas de proximidade já provaram que a gestão de meios financeiros é muito mais eficaz do que diretamente do Poder Central. Não podemos alinhar, obviamente. -----

Relativamente à adesão do Município ao projeto A Minha Rua, somos a favor. -----

Relativamente ao programa de apoio à habitação social votamos contra porque a Câmara tem feito um excelente trabalho neste âmbito, a Ação Social acompanha, o Concelho está completamente monitorizado, sabemos onde é que estão as problemáticas. Ainda agora o Município fez a candidatura para intervencionar já dois bairros sociais, e virão muitos mais atrás. Portanto, o trabalho está a ser feito, esta recomendação não adianta muito mais. -----

Relativamente à recomendação do Bloco de Esquerda sobre a tarifa social de resíduos urbanos, nós votamos a favor que o Município faça, portanto, a recomendação da ERSAR, que faça o estudo prévio para efetivamente, depois, se houver viabilidade, introduzir esta tarifa. -----

Relativamente à recomendação do CDS-PP, caro Ângelo, uma pessoa que tem responsabilidades já não diz há muito tempo Feira Medieval. Nós somos, com muito orgulho, uma Viagem Medieval. Há situações que a Câmara tem vindo a alertar, tem vindo a retificar, e, muitas das vezes, as pessoas que estão a trabalhar, as pessoas que estão a explorar os seus espaços na Viagem Medieval, até condenam a Câmara por excesso de zelo. Portanto o trabalho é feito, há sempre alguma falha, há sempre alguém que não respeita, mas os serviços técnicos têm acompanhado e, muitas das vezes, as pessoas não percebem porque é que são penalizados e porque é que não voltam a participar. É este um dos motivos. -----

Relativamente à recomendação de limpar Santa Maria da Feira para salvar a Terra, nós abstermo-nos. Obviamente somos a favor de limpar Santa Maria da Feira, mas muito me admira que venha o PS falar desta questão quando, passados oito meses do último ato eleitoral, ainda existe campanha do Partido Socialista no concelho de Santa Maria da Feira. Nós, agentes políticos, deveremos ser os primeiros a dar o exemplo. O Partido Socialista não



está a dar o exemplo. Deveria ser o Partido Socialista, não os serviços das Juntas ou da Câmara, a limpar a publicidade da campanha eleitoral. Portanto, um mau exemplo do Partido Socialista.-----

O voto de repúdio às políticas xenófobas, obviamente que isto é mais uma cartilha, corre todas as assembleias municipais, é um assunto que não é da competência do Município, portanto, não votamos a favor.”-----

*Entrou o membro Justino Pinto.*-----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra à deputada municipal Fátima Oliveira.-----

Interveio a deputada municipal *Fátima Oliveira* (PS) para colocar duas questões à Câmara Municipal relacionadas com a freguesia de Caldas de São Jorge.-----

Disse que a primeira questão prende-se com a construção do hotel de Caldas de São Jorge, salientando que tal construção estava prevista acontecer em 2015 e que, inclusivamente, se dizia que estaria em funcionamento em 2016, mas que o certo é que o tempo de execução dessa infraestrutura já foi ultrapassado pelo que o grupo municipal do PS considera que a Câmara Municipal deve tomar uma posição sobre essa situação.-----

Disse que a requalificação da zona envolvente das Termas de S. Jorge é esperada pela população há vários anos, realçando que tal requalificação traria benefícios não só para a freguesia de Caldas de São Jorge como, também, para o Concelho.-----

Referiu que o grupo municipal do PS considera aceitável que se tenha dado um tempo de tolerância ao investidor, dadas as circunstâncias, mas que também entende que o processo não pode estar eternamente num impasse até porque pode haver outros interessados em concretizar tal projeto.-----

Realçou que, pelo exposto, questiona à Câmara para quando a reversão do processo de venda do terreno bem como se a Câmara tem alguma projeção para a envolvente das Termas e, em caso afirmativo, em que consiste essa projeção.-----



Disse que a segunda questão tem a ver com a venda da participação que a Câmara Municipal tem na Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, ressaltando que esse assunto está diretamente relacionado com a exploração das Termas de S. Jorge. Questionou se a intenção da venda já foi publicada e, se sim, quando e através de que meios, bem como se houve interessados. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Fátima Oliveira questionou à Câmara Municipal qual o futuro das Termas de S. Jorge, ou seja, se as mesmas vão continuar a funcionar como até aqui ou se haverá alterações, nomeadamente ao nível do funcionamento e dos recursos humanos.-----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por questionar à Câmara qual o critério usado para a elaboração dos 35 mapas das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e qual o nível de execução desse processo ao longo dos últimos três anos. -----

Disse, de seguida, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver referiu, na última sessão da respetiva Assembleia de Freguesia, que o Sr. Vereador Vítor Marques dissera que estava a tratar do assunto da limpeza da zona envolvente ao Eixo da Cortiça. Questionou à Câmara qual o ponto de situação dessa limpeza. -----

Referiu que outra questão prende-se com a Piscina de São João de Ver, destacando ser a única piscina municipal do Concelho que, na época balnear, é descoberta. Questionou se é uma prioridade para a Câmara requalificar aquele espaço ou se vai permitir que os cidadãos a utilizem no estado de degradação em que se encontra.-----

Sobre a questão de ter falado, na sua intervenção anterior, em Feira Medieval e não em Viagem Medieval, disse saber que a designação correta é Viagem Medieval.-----

Salientou ainda que, com a utilização das cabras sapadoras, Santa Maria da Feira demonstrou que está na linha da frente no combate aos incêndios, ressaltando que a invenção seguinte serão as árvores bombeiras dado que, na última edição do Imaginarius, as árvores do Rossio tinham mangueiras aparafusadas, talvez para se defenderem em caso de incêndio. -----

Concluindo, o membro *Ângelo Santos* pediu ao Sr. Presidente da Câmara que lhe explicasse esse conceito, questionando ainda se são aplicadas multas a quem faz esse tipo de intervenções nas árvores.-----





*[Handwritten signature and initials]*

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Esta semana o país tomou conhecimento de uma operação da Polícia Judiciária a várias autarquias para investigação de uma alegada teia de favores que envolvem autarcas e empresas detidas por dirigentes partidários, principalmente do PSD.-----

Segundo as notícias, também a autarquia de Santa Maria da Feira foi alvo de buscas. Diz-se que está em causa um contrato ganho pela empresa AMBIGOLD INVEST – Equipamentos e Serviços, Lda., no valor de 129.600,00 €, celebrado em 19 de janeiro de 2017, empresa que tem como sócio-gerente Carlos Eduardo Reis, antigo líder da JSD/Braga e atual membro do Conselho Nacional do PSD.-----

Senhor Presidente, -----

Tem que explicar ao Concelho o que se passou. -----

Qual a razão para adjudicar a esta empresa? -----

Que outros contratos foram feitos a empresas detidas por dirigentes do PSD?-----

Com que fundamentos? -----

Em junho de 2017 o Bloco de Esquerda apresentou, nesta mesma Assembleia, uma proposta para garantir transparência nas adjudicações, contratos e compras feitas pela autarquia. O PSD chumbou. Consta-se que essa transparência é, mais do que nunca, necessária. -----

E é por isso que o Executivo tem que prestar aqui todos os esclarecimentos sobre este assunto.”-----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira conviveu bem, durante cerca de 7 ou 8 anos, com a cobrança ilegal dos ramais de água e de saneamento. Questionou ao Sr. Presidente da Câmara como é que a autarquia vai conviver com a cobrança ilegal de tarifários médios aos feirenses, tendo em conta as cartas que a Indaqua está a mandar aos mesmos feirenses dizendo que quem poupar água vai pagar como se a gastasse. -----

Concluindo, salientou ser mais uma ilegalidade que a Câmara permite à concessionária, pelo que pretende saber como é que a Câmara vai reagir perante essa situação, da cobrança ilegal de tarifários médios aos feirenses.-----

-----



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Em relação à questão colocada pela deputada municipal Fátima Oliveira sobre o hotel a construir junto às Termas de S. Jorge, recordou que a Câmara, há cerca de 4 anos, vendeu o terreno de forma condicionada, para efeitos da construção do hotel. Fez notar que, na última semana, reuniu novamente com o promotor para averiguar o ponto da situação e que este pediu mais 3 meses para decidir se vai, ou não, avançar com a construção. Informou que, no próximo mês de setembro, voltará a falar com o promotor para ver se ele avança ou se se rescinde amigavelmente o contrato, ou até se é preciso seguir a via judicial com vista à reversão da venda do terreno. -----

Em relação à participação do Município na Sociedade de Turismo recordou que o processo da venda dessa participação resultou dos 3 anos sucessivos de prejuízos da Sociedade de Turismo, acrescentando que não houve interessados na aquisição dessa participação porque, apesar de ter sido colocada à venda pelo preço de 1 euro, havia uma verba negativa que um eventual interessado teria de pagar. Realçou que o resultado do processo da venda foi o previsto e que em momento algum esteve no horizonte da Câmara o encerramento ou a venda das Termas de S. Jorge, mas que tal procedimento permite à Câmara demonstrar, perante o Tribunal de Contas ou até perante uma eventual inspeção, que colocou à venda a participação que detinha na Sociedade de Turismo mas que, não tendo havido interessados, a Câmara tem de continuar a explorar as Termas. -----

Aludindo às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos disse, em relação à questão sobre os critérios usados para a elaboração dos mapas das ARU, que o que se procurou foi incluir todos os centros urbanos nas ARU, contemplando alguns benefícios para os empresários que quiserem investir na reabilitação urbana, nessas áreas. Referiu não saber se existe alguma candidatura apresentada nesse sentido, ressaltando que os particulares interessados em fazer esses investimentos ainda podem apresentar tais candidaturas. -----

Quanto à questão da limpeza da zona envolvente ao Eixo das Cortiças realçou que esse eixo ainda não está construído. Após ter sido clarificado que o membro Ângelo Santos se queria referir à via de acesso ao PEC, informou que os serviços da Câmara vão proceder à limpeza daquele troço. -----

Em relação à piscina de S. João de Ver recordou que ela pertence à respetiva Junta de Freguesia e que foi celebrado um protocolo para que seja a empresa municipal Feira Viva a



fazer a exploração daquela piscina, acrescentando ser ali que decorram os treinos da equipa de Natação Adaptada da empresa municipal, que tem obtido resultados extraordinários. Informou que vão ser feitas obras de melhoria dos balneários daquela piscina e que esse projeto está a ser preparado pelos serviços da Câmara. -----

Sobre os aparafusamentos que terão sido feitos em algumas árvores reconheceu que terão existido algumas situações do género, salientando contudo que as instruções são para que não sejam colocados pregos nem parafusos que possam ferir as árvores, que devem ser usadas outras formas para amarrar os instrumentos necessários. -----

Quanto às cabras sapadoras informou não se tratar de um projeto da Câmara, dando nota que a Câmara apenas está a apoiar uma jovem que quis fazer um estudo académico para ver a viabilidade do negócio, tendo-lhe disponibilizando o espaço, acrescentando que a Câmara, em conjunto com a ADRITEM, está a ajudar essa jovem na concretização do negócio. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Sérgio Cirino destacou que a cobrança dos ramais de água e de saneamento nunca foi ilegal, fazendo sobressair que houve uma recomendação e a Câmara aproveitou, na revisão ao contrato da concessão feita em 2015, para que se deixasse de cobrar os ramais, passando os feirenses a poder ligar à rede pública sem pagar os ramais. -----

Quanto à eventual cobrança ilegal de tarifários médios disse desconhecer a existência de tarifários médios, realçando que os mesmos não são permitidos. Referiu admitir que, ocasionalmente, quando uma casa estiver fechada, se utilize uma leitura comparável à do mês anterior e, depois, se efetue a devida correção, reafirmando desconhecer a existência de tarifários médios. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Pedro Ferreira sobre as notícias que surgiram relacionadas com as buscas de que a Câmara foi alvo, no âmbito de uma investigação policial, lamentou que o Bloco de Esquerda tivesse colocado essa questão nos jornais antes de fazer o pedido de esclarecimento à Câmara, tentando denegrir a imagem desta e do seu Presidente. ----

Sublinhou estar de consciência absolutamente tranquila, explicando que o que se passou foi que, na sequência de uma investigação ordenada pelo Ministério Público de Lisboa, foram enviados inspetores da Polícia Judiciária a vários municípios do País no âmbito de uma investigação feita ao Sr. Carlos Eduardo Reis, de Barcelos, que é dono de 3 empresas e que terá, alegadamente, ligações partidárias quer ao Partido Socialista quer ao Partido Social



Democrata, bem como a assessorias em algumas câmaras municipais, havendo suspeitas nessas ligações. -----

Fez notar que os inspetores foram à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira porque esta, em 2016, abriu um concurso público, com o preço base de 144 mil euros, para a manutenção e tratamento dos jardins exteriores do Europarque, ao qual concorreram 8 empresas, tendo o serviço sido adjudicado à empresa Ambigold Invest, propriedade do dito Sr. Carlos Reis, porque foi a que apresentou o preço mais baixo, de cerca de 129 mil euros, para um período de 3 anos. Informou que aquilo que a Polícia Judiciária perguntou é se o senhor Carlos Reis é conhecido da Câmara, ao que lhes foi respondido que não, bem como perguntou quais eram os contratos, tendo a Câmara, com toda a transparência, lhes disponibilizado tudo o que foi pedido. Frisou que os técnicos da Câmara foram colocados à disposição dos inspetores da Polícia Judiciária e que estes levaram tudo o que quiseram, comentando que os inspetores estiveram nas instalações da Câmara durante cerca de uma hora, hora e meia.-----

Realçou que a Câmara Municipal, e o seu presidente, está totalmente disponível para prestar todos os esclarecimentos, dizendo saber que tais situações são muito desagradáveis porque quando as pessoas leem tais notícias nos jornais pensam logo que há algum fundamento. Reafirmou que, no que diz respeito à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, o que está em causa é um concurso público, para um período de 3 anos, adjudicado em 2016 e com efeitos a partir de 2017, e que não há mais nenhuma relação da Câmara com o Sr. Carlos Reis. Concluindo a sua intervenção disse querer que tal questão fique clara, que não vai tornar a falar do assunto porque já deu as devidas explicações, inclusivamente aos jornais, frisando que a Câmara Municipal lutará sempre, sempre, por toda a verdade e por toda a transparência, comentando que enquanto ele for Presidente da Câmara será assim. -----

-----  
*Saiu o membro António Topa.*-----  
-----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**1 – Ata N.º 5 – Sessão Ordinária de 6 de abril de 2018**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente enviada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. Verificando

---



que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, de seguida, a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 38 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Serafim Guimarães, Jorge Ferreira, Maria José Santos, Jéssica Sousa, Luis Filipe Silva, Firmino Costa, Nuno Rocha e Fernando de Sousa Pinho.-----

*Reentrou o membro António Topa.*-----

*Saiu o membro Nuno Albergaria.*-----

## **2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 7.437, em 21 de junho de 2018 – que se faz acompanhar pelo III Relatório de 2018 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal e cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, de seguida, a apreciação.-----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que, na sessão da Assembleia Municipal realizada em fevereiro último, o CDS-PP apresentou uma moção propondo a publicação, nos órgãos de comunicação social feirenses, dos relatórios referentes à monitorização da qualidade do ar e do ruído em Santa Maria da Feira, e que a justificação dada, nessa altura, para não fazer aprovar a moção foi que tal publicação trazia custos à Câmara Municipal.-----

Referiu que, ao analisar o documento em apreço, pôde constatar, na listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados, um item no valor de 8.130 euros relativo à produção de uma instalação temporária para a fachada do Estádio Marcolino de Castro.-----





Frisou que, com tal verba, a Câmara poderia comprar muitas publicidades para divulgar aquela que é a qualidade de vida de Santa Maria da Feira, fazendo sobressair que isso seria de muito maior interesse para a comunidade. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, relativamente à questão colocada, esclarecer que a instalação temporária, colocada na parede do Estádio Marcolino de Castro, teve a ver com um projeto artístico do Imaginarius. -----

Referiu que o Imaginarius é um projeto que custa 250 mil euros ao Município e que, na opinião do Executivo, é um investimento que tem um retorno tremendo para o território, dizendo julgar que os feirenses se podem orgulhar do evento Imaginarius, que tem permitido a muitos jovens e criadores do Concelho fazerem carreira. -----

Salientou que, em Santa Maria da Feira, tem sido desenvolvida uma cultura de crescimento e de inovação em diferentes áreas, dando nota que já existem duas gerações a viver num mundo de inovação, de cultura, e que já transformam isso em negócio, fazendo sobressair que tal está a acontecer devido ao investimento que a Câmara tem vindo a fazer ao longo de 20 anos. -----

Concluindo salientou que, ao falar-se de 8 mil euros do modo como o membro Ângelo Santos falou, pode parecer uma exorbitância, reafirmando que foi um painel interessantíssimo que foi feito e que visava, também, homenagear o Clube Desportivo Feirense, que comemora o seu centenário. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

*Saiu o membro Luís André Santos.* -----

### **3 – Aditamento aos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de junho de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Acompanha a referida deliberação a minuta do aditamento aos contratos em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, como já teve oportunidade de referir, o PS é favorável à transferência de competências para quem está mais perto das populações, pelo que é favorável ao aditamento aos contratos de delegação de competências que a Câmara celebrou com as Juntas de Freguesia, frisando que, certamente, as Juntas de Freguesia aplicam melhor o dinheiro do que aplica a Câmara Municipal. -----

Salientou que, contudo, não pode deixar de reforçar aquilo que o PS mencionou aquando da aprovação dos contratos, ou seja, que há uma falha no que diz respeito aos critérios e à igualdade que se vai promover entre as freguesias na aplicação dos referidos contratos. -----

Concluindo referiu que a Câmara Municipal, se quiser apoiar mais a freguesia A ou B, pode fazê-lo, dizendo considerar que os protocolos deviam ter os critérios definidos, para a Câmara apoiar todas as Juntas de Freguesia de igual forma, na mesma medida. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que tem a certeza que não há nenhum Presidente de Junta de Freguesia, de qualquer partido, que se queixe da atuação da Câmara relativamente à matéria em questão. -----

Referiu não saber qual seria a prática adotada pelo PS caso liderasse a Câmara Municipal, mas que, enquanto for ele o Presidente da Câmara, a Câmara trata todas as Juntas de Freguesia pelo mesmo critério. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD: 29, PS: 12, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), autorizar a Câmara Municipal a celebrar o aditamento aos contratos em epígrafe, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----



114  
29/6  
D.

**4 – Reorganização dos serviços municipais** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de junho de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Acompanha a referida deliberação o Regulamento Orgânico do Município de Santa Maria da Feira – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por dizer que o BE entende positivo e útil a criação do Departamento Jurídico uma vez que a Câmara Municipal recorre constantemente à externalização de serviços jurídicos, dizendo esperar que, com essa alteração, tal externalização deixe de existir. -----

Referiu também entender positivo a criação de outros departamentos que possam prestar outros serviços que, normalmente, são prestados por entidades externas. -----

Interveio a deputada municipal *Ana Patrícia Cunha* (PSD) que fez a intervenção que, de seguida, se passa a citar: -----

“De facto, as maiores reformas e inovações são pensadas e centradas, não só em resultados económicos e de eficiência, mas sobretudo para resultados a nível da qualidade dos serviços e da sua efetividade. -----

Mediante a proposta apresentada, pensamos que a estrutura orgânica dos serviços municipais sofre algumas alterações para dar resposta às necessidades que o Executivo entende mais prementes e que permitirão um melhor funcionamento da Câmara Municipal, bem como traduz também a evolução da gestão municipal e legislação. -----

Dá-nos aqui também a perceber que estamos a fomentar uma troca de experiências e conhecimento entre colaboradores, e isto traduzir-se-á no seu desenvolvimento pessoal e -----



profissional. -----

No que diz respeito à alteração do mapa de pessoal, sabemos que, até ao presente momento, a contratação na Administração Pública foi sujeita a vários constrangimentos, que impediam a contratualização de novos colaboradores e impuseram a redução do número de efetivos.-----

Contudo, o Município continuou a procurar dar respostas às necessidades das populações, criando novos serviços. Viu ainda reforçado o Executivo com o sétimo vereador, pelo que reajustou os serviços existentes a uma nova visão. -----

Assim, e sendo agora possível, torna-se pertinente dotar o mapa de pessoal de novos postos de trabalho, em algumas áreas orgânicas, alterações essas que se encontram devidamente cabimentadas e que caracterizam o rigor ao nível da gestão financeira, que caracteriza este Executivo. -----

Pelo exposto, o Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira considera que a proposta apresentada garante a eficácia e melhoria contínua dos serviços municipais, através da reestruturação, que é a possível e adequada, e que potencia a rentabilização dos recursos apresentados.” – Fim de citação.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse, relativamente ao proferido pela deputada municipal Salomé Ventura, que a criação do Departamento Jurídico não vai evitar alguma contratação externa. Frisou que, nos dias de hoje, o Direito é, em determinadas matérias, tão vasto e tão especializado que é bom para o serviço público ter, por vezes, assessoria externa, recorrendo a quem está mais por dentro da matéria e também tem a perspetiva do cliente externo. -----

Salientou que, portanto, a Câmara vai manter várias assessorias que considera necessárias em termos de especialização, como a matéria da contratação pública e outras, porque entende que a autarquia ganha em ter tais assessorias. -----

-----  
De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 29, IND: 1, PS: 1 – Valdemar Silva) e 14 abstenções (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1), aprovar a seguinte moldura organizacional:-----

- Modelo de estrutura orgânica – Estrutura Hierarquizada;-----

- 4 Unidades orgânicas nucleares, designadamente: -----



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

- Departamento Administrativo e Financeiro, competindo-lhe assegurar o apoio técnico-administrativo às atividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do Município, e executar as políticas e estratégias dos recursos humanos definidas pelo Executivo Municipal, racionalizando e otimizando os meios envolvidos, com a consequente dinamização e valorização do capital humano ao serviço da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no respeito pelas disposições legais aplicáveis; -----

- Departamento de Ambiente e Obras Municipais, competindo-lhe executar atividades concernentes a assegurar a execução de obras levadas a cabo pelo Município, quer sob o regime de empreitada, quer pelo sistema de administração direta, bem como prestação de serviços à população, nomeadamente na área da limpeza urbana, implementação e conservação de áreas verdes, cemitérios, trânsito, transportes urbanos e aéreos, feiras e mercados e recursos endógenos; -----

- Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, competindo-lhe a implementação de planos municipais de ordenamento do território e o licenciamento adequado da ocupação do espaço físico, tendo, consequentemente, a seu cargo, estudo de políticas de habitação e a gestão de parques industriais e habitacionais, sob a alçada do Município; -----

- Departamento Jurídico, competindo-lhe a assessoria jurídica a todos os serviços do Município, bem como o apoio aos órgãos autárquicos; -----

- Número máximo de unidades orgânicas flexíveis 29; -----

- Número máximo de subunidades orgânicas 4; -----

- Número máximo de equipas de projeto 2. -----

Deliberou também que a presente moldura organizacional entra em vigor a 1 de setembro de 2018, ficando revogada, com a entrada em vigor da atual estrutura, a estrutura e organização dos Serviços Municipais publicada pelo Despacho n.º 1193/2013, no Diário da República, 2.ª série, n.º 13, de 18 de janeiro. -----

Mais deliberou aprovar o Regulamento Orgânico do Município de Santa Maria da Feira. -----

**5 – Alteração ao Mapa de Pessoal**-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----





*[Handwritten signature]*

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de junho de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Acompanha a referida deliberação o mapa de pessoal a que a mesma se refere – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Relativamente a este ponto o Bloco de Esquerda considera que esta proposta de alteração ao mapa de pessoal é manifestamente insuficiente.-----

É manifestamente insuficiente porque sendo uma proposta de alteração que vem no sentido do PREVPAP (Programa de Regularização de Vínculos Precários), integra apenas uma pequena parte dos precários existentes no Município.-----

Os mapas revelam vários trabalhadores ao abrigo dos Contratos Emprego Inserção. Auxiliares de Educação com contratos precários. -----

Os dados revelam a existência de 132 trabalhadores enquadrados no âmbito do PREVPAP, e sendo que a presente alteração apenas contempla a integração de 34 trabalhadores, fazendo as contas, ficam excluídos 98 trabalhadores. -----

Se falarmos na empresa municipal Feira Viva, este número cresce exponencialmente. É do conhecimento público que na empresa municipal Feira Viva existem diversos falsos recibos verdes, alguns há quase uma década, como se pode verificar no portal da contratação pública.

Consideramos que todos os trabalhadores elegíveis devem ser integrados e que a presente proposta é claramente insuficiente relativamente ao número de trabalhadores que propõe integrar.”-----

De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 29, IND: 1, PS: 1 – Valdemar Silva) e 14 abstenções (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1), aprovar a criação de postos de trabalho constantes da alteração ao mapa de pessoal, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----



**6 – Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2017** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de junho de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, sendo as Contas Consolidadas a junção das Contas do Município com as Contas das entidades que o Município detém ou tem participação, entende o grupo municipal do PS não poder aprovar Contas que não potenciaram o Município ao máximo, que deixaram o Município aquém do que podia estar hoje, pelo que iria votar contra as Contas Consolidadas. -----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Sempre consideramos que as opções políticas de gestão do município deveriam ser outras que não as refletidas neste relatório que aqui apresentam. Temos uma visão daquilo que deve ser o modelo de desenvolvimento para o concelho, bem diferente do PSD. -----

Há áreas nas contas deste executivo, que no nosso entendimento, são claramente deficitárias e outras, que por contraste, literalmente se esbanja dinheiro de forma desnecessária. Para além disso o Bloco de Esquerda, sempre defendeu uma maior transparência na apresentação destes relatórios de prestação de contas. -----

A autarquia deve ir mais longe do que a lei prevê e discriminar de forma mais simplificada todas as rubricas, para que todos os cidadãos consigam perceber onde é gasto o dinheiro dos seus impostos. Ou só se lembram das pessoas em tempo de eleições? Um dos exemplos mais flagrantes sobre aquilo que é a falta de transparência encontramos nas rubricas constantemente denominadas de ‘Outros’, sendo estas rubricas um grande buraco negro que serve para esconder tudo e mais alguma coisa. -----

A receita do Executivo do PSD para Santa Maria da Feira não é a receita que os feirenses



necessitam. -----

Uma receita baseada no aumento de impostos, em particular a coleta total sobre o IMI, ou seja, impostos sobre as famílias. Em 2015 foi de 16,8 milhões; em 2016, 16,9 milhões; em 2017 ultrapassou os 17 milhões. -----

Investimentos, esses, ainda por realizar. Aliás, o maior investimento que o PSD tradicionalmente faz no concelho é em propaganda e em promessas eleitorais, que depois não cumpre. Como se comprova pelas baixíssimas taxas de execução nas funções sociais da autarquia. -----

Dinheiro que estava disponível para investir nas funções sociais e que optam por não gastar. Isto enquanto os programas sociais de apoio no concelho têm verbas miseráveis. Por exemplo, em 2017 poderia ter aumentado as respostas sociais em 27 milhões de euros, podia ter aumentado o investimento nas funções sociais em 27 milhões de euros, mas a verdade é que os programas como o Concelho Solidário continuam com uma dotação claramente insuficiente. -----

Estas são opções erradas e que, como é óbvio, o Bloco não aprova nem branqueia. -----

Acresce a tudo isto o facto de a Câmara canalizar para a Feira Viva milhões de euros em dinheiro público, quando deveria, em nome da transparência e rigor, fazer ela própria a gestão dos equipamentos, e realizar, ela própria, os eventos que estão entregues à empresa municipal. Ao contrário de outros grupos municipais, no BE, sempre imperou a coerência política, e relativamente a este ponto, não poderia ser diferente. -----

Por tudo isto, a posição a estas contas consolidadas só pode ser uma: a reprovação por parte do Bloco de Esquerda.” -----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que disse que o CDS-PP considera que o Concelho tem muito mais potencialidades do que aquilo que está a ser atingido, que pode ter um plano estratégico muito mais assertivo, pelo que, por não concordar com a estratégia que está a ser seguida para o Concelho e por uma questão de coerência, iria votar contra. -----

-----  
Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por dizer que, no seu entendimento, a gestão da autarquia não deixa dúvidas a ninguém e que o silêncio da Assembleia em relação ao ponto n.º 2 da Ordem do Dia desta sessão, respeitante à situação financeira do Município,



demonstra o rigor e a seriedade na gestão do Município. Referiu que há, obviamente, opiniões divergentes, realçando que a democracia é mesmo assim e que por isso é que existem os vários partidos políticos. -----

Relativamente à questão levantada pelo membro Pedro Ferreira sobre o IMI, fez notar que tal questão já foi oportunamente explicada nesta Assembleia, salientando que o aumento da receita do IMI não tem a ver com a taxa mas sim com o fim das isenções, comentando que essa receita será garantidamente maior porque, dentro de pouco tempo, não haverá isenções de IMI, com exceção das concedidas por baixos recursos financeiros. -----

Disse saber que custa muito, principalmente aos partidos de esquerda, ver a Câmara com alguma folga financeira, comentando que o Executivo PSD da Câmara não é igual ao Governo que é apoiado por esses mesmos partidos de esquerda. Referiu que, no passado mês de maio, viu-se um acréscimo de 1.500 milhões de euros no défice do País que resultou da pressão dos serviços e dos profissionais da Saúde, comentando que, perante tal pressão e perante tal asfixia, o Governo entendeu descongelar algumas das verbas que estavam congeladas no Serviço Nacional de Saúde, causando tal impacto no défice.-----

Salientou que o PSD tinha avisado que as reposições não poderiam ser feitas dessa forma, comentando ser fácil fazer uma política de caça ao voto, dando algo logo de imediato. Destacou que, pelo passado muito recente, resulta que o crescimento da economia tinha que ser gradual, ressaltando que o défice vai garantidamente aumentar porque os diversos serviços públicos estão em asfixia, como nas áreas da Saúde, da Educação, da Justiça e outras, dizendo bastar ver os serviços públicos existentes no Concelho para comprovar tal situação. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro disse que a gestão do País não passa, garantidamente, pelo proceder que o atual Governo está a adotar. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que o facto de não terem sido colocadas questões à Câmara atesta as boas contas e os bons documentos apresentados pela Câmara Municipal. -----

Referiu que o rigor nas contas é uma marca do atual Executivo e que vai continuar a ser, que o pagar a tempo e horas é uma marca do atual Executivo e que vai continuar a ser, destacando que o prazo médio de pagamento a fornecedores é de 10 dias e que o objetivo é que seja sempre inferior a 30 dias porque entende que, desse modo, a Câmara está a apoiar a economia

---



local. -----  
Relativamente à rubrica “outros” disse que a mesma já foi explicada, por diversas vezes, nesta Assembleia Municipal, acrescentando que se o membro Pedro Ferreira, do Bloco de Esquerda, tivesse lido todo o documento ficaria a perceber do que trata essa rubrica porque consta do documento a explicação. -----

No que respeita à afirmação do membro Ângelo Santos de que considera que o Concelho tem mais potencialidades, disse também acreditar plenamente no Concelho de Santa Maria da Feira e nas suas gentes, fazendo sobressair que o Concelho tem muito mais potencial e que vai seguir cada vez mais em frente, e que ninguém tenha dúvidas quanto a isso. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD), 14 votos contra (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1) e 2 abstenções (IND: 1, PS: 1 – Valdemar Silva), aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2017 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

**7 – Alteração à Postura de Trânsito – Interseção da Rua Francisco Rocha com a Travessa Luís de Camões, em São João de Ver -----**

**8 – Alteração à Postura de Trânsito no Lugar da Póvoa, em Paços de Brandão -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias, respetivamente, de 18 de junho e 7 de maio de 2018, enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. ---

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que disse, aludindo à alteração à postura de trânsito no Lugar da Póvoa, em Paços de Brandão, que o BE considera boa a alteração mas que, contudo, queria lembrar a morosidade e a falta de planeamento que houve





na intervenção realizada naquele local, bem como recordar que a presente alteração só veio à Assembleia Municipal, provavelmente, devido à pressão que foi feita pela própria população de Paços de Brandão. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por destacar que a opinião da população é, naturalmente, importante. -----

Quanto à situação no Lugar da Póvoa, em Paços de Brandão, disse que inicialmente estava previsto que a rua em questão tivesse dois sentidos de trânsito mas que, posteriormente, e após os moradores terem interagido com a Câmara e com a respetiva Junta de Freguesia, entendeu-se que seria preferível aquela via ser de sentido único. -----

Deu nota da existência de dois abaixo-assinados sobre essa questão, um a favor do sentido único nessa via e o outro a favor dos dois sentidos, o que demonstra que nem sempre estas questões são pacíficas. -----

Concluindo, ressaltou que a Câmara optou por aquela que considera ser a melhor solução, alterando a sua posição inicial, comentando ser uma questão de inteligência quando alguém vê que não estava correto e muda de posição. -----

-----  
Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

*7 – Alteração à Postura de Trânsito – Interseção da Rua Francisco Rocha com a Travessa Luís de Camões, em São João de Ver* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD: 29, PS: 12, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a alteração à Postura de Trânsito em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 18 de junho de 2018, e de acordo com o desenho n.º 1 que a acompanha – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

-----  
*8 – Alteração à Postura de Trânsito no Lugar da Póvoa, em Paços de Brandão* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD: 29, PS: 12, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a alteração à Postura de Trânsito em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 7 de maio de 2018, e de acordo com o desenho n.º 1 que a



acompanha – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

**9 – Programa Movimento e Bem-Estar** -----

**- Transferência de verbas para as Freguesias 2017-2018** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 7 de maio de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Relativamente a este ponto dizer que somos favoráveis à transferência de verbas e competências para as Juntas de Freguesia, que permitam a realização deste tipo de programas, mas somos contra a transferência de verbas para entidades que não sejam públicas. -----

Para além disso, a Câmara Municipal deve ter critérios mínimos quando atribui este tipo de apoios. Isto é, todas as associações, quando recebem qualquer tipo de apoios públicos, devem cumprir com os critérios de transparência que permitam o escrutínio público, publicando os seus relatórios de contas e atividades. -----

Por estas razões propomos a separação das votações. Votamos a favor as transferências para as Juntas de Freguesia, mas votamos contra as transferências para as Associações não públicas. -----

Caso contrário, votaremos contra a proposta, e volto a salientar, não por conter transferências para as Juntas de Freguesia, pelas quais somos completamente a favor, mas sim por, na sua maioria, contemplar transferências para Associações não públicas.” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* esclareceu, no seguimento da intervenção feita pela deputada municipal *Salomé Ventura*, que a parte que diz respeito às competências da Assembleia



Municipal é somente a parte relativa às transferências para as Juntas de Freguesia, ressaltando que a Assembleia Municipal só vai votar essa parte, ao que a deputada municipal *Salomé Ventura* disse que, de qualquer das formas, fica demonstrada a posição do Bloco de Esquerda. -----

Feito o esclarecimento, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a palavra ao membro *Sérgio Cirino*.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o programa em questão é um exemplo paradigmático de como um bom programa, com boas atividades extra, como o Walking Football e a Classband, consegue ter uma má execução. -----

Realçou ser referido que o período respeitante são os anos de 2017 e 2018 pelo que questionava o porquê de, tendo o programa começado em 2017, não se ter pago às entidades a tempo e horas e o porquê das transferências não terem sido aprovadas a tempo e horas, perguntando se as pessoas têm de trabalhar e prestar os serviços sem receberem o respetivo pagamento. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse, quanto à questão das transferências, que a Câmara não tem qualquer tipo de problema no que respeita às transferências para as entidades e que tem o pleno entendimento com as Juntas de Freguesia, fazendo sobressair que o Programa Movimento e Bem-Estar está a funcionar bem.-----

Disse, ainda, querer dar uma nota sobre a atividade “walking football”, salientando ser uma atividade nova que está a ser introduzida e que, basicamente, é jogar futebol sem correr, para permitir às pessoas da terceira idade, e não só, jogar futebol, comentando que ele próprio iria participar num dos primeiros jogos a realizar. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 29, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1, PS: 1 – Valdemar Silva) e 11 abstenções (PS), aprovar, sob proposta da Câmara, a transferência das verbas respeitantes às Freguesias, referente ao Programa em epígrafe e para a época 2017-2018, nos termos do quadro mencionado na deliberação camarária suprarreferida – quadro esse cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo



livro de atas. -----  
-----

*Sairam os membros José Castro e Armando Teixeira.* -----  
-----

**10 – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 23 de abril de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----  
-----

Acompanha a referida deliberação os mapas relativos ao Programa em epígrafe – mapas cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----  
-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que a Câmara Municipal, sendo o órgão executivo, terá a noção de quantos trabalhadores é que pode regularizar, ressaltando que, no entendimento do grupo municipal do PS, a Câmara devia regularizar todos os que são necessários à sua atividade normal. -----  
-----

Disse querer, também, deixar a nota de que a Câmara Municipal está a aproveitar uma resolução do Conselho de Ministros do presente Governo. -----  
-----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----  
-----

“O Bloco de Esquerda tem conseguido levar a cabo em todo o País um programa de regularização de vínculos precários. -----  
-----

Avançamos inicialmente com a obrigatoriedade de regularização na administração central e, mais recentemente, com a possibilidade de regularização na administração local. -----  
-----

Temos a certeza que esse é o caminho, mas a verdade é que há muitas autarquias que em vez -----  
-----



Handwritten initials and signature

de se juntarem à luta contra a precariedade, continuam a tentar mantê-la. Santa Maria da Feira, infelizmente, parece querer manter a precariedade. -----

Aquilo a que se propõe é a regularização de apenas 34 vínculos, admitindo-se a existência de muitos outros trabalhadores elegíveis e que deveriam ser também vinculados. -----

Por diversas vezes apresentamos e questionamos o Sr. Presidente da Câmara acerca da existência de vínculos precários e o senhor sempre negou a existência de falsos recibos verdes ou de vínculos precários. Todas as prestações de serviços existentes eram para, supostamente, colmatar necessidades momentâneas. Este processo de regularização vem confirmar aquilo que o BE sempre denunciou sobre esta Câmara Municipal ser uma entidade pública que promove a precariedade. -----

Depois de uma análise ao documento pudemos constatar um cenário ainda mais lamentável do que aquele que temos vindo a denunciar. Os executivos liderados por Emídio Sousa fazem da sua imagem de marca o recurso aos infames programas de contratos de emprego e inserção, CEI e CEI+, assim como também a estágios profissionais para suprir as necessidades permanentes ao normal funcionamento da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. -----

O Sr. Presidente tem a desfaçatez de afirmar reiteradamente que quer promover emprego qualificado, com direitos e bem remunerado e assim atrair e reter para o nosso concelho trabalhadores qualificados, mas a verdade é que mais uma vez a realidade vem deitar por terra a propaganda que apregoa para o concelho. -----

Segundo os mapas fornecidos, este executivo continua a explorar, ao abrigo dos CEI/CEI+, 19 trabalhadores. Estamos a falar de 4 trabalhadoras nesta situação há 4 anos, 7 destes 19 há 3 anos, 6 há 2 anos e os restantes dois casos desde 2017, quando não existia entrave à contratação de pessoal por parte das autarquias locais. -----

Verificamos que existem 95 auxiliares de educação que têm contratos precários desde 2012 e irão continuar na mesma lamentável situação, e o Sr. Presidente tem o descaramento de dizer que estes vínculos não correspondem a necessidades permanentes de serviços e que não merecem o vínculo jurídico adequado? O BE repudia esta posição. -----

Através dos mapas ficamos também a conhecer que o seu Executivo tem 7 trabalhadores licenciados a estagiarem desde 2014. Isto, mais uma vez, é inaceitável. É assim que quer dar o exemplo quando vem dizer que pretende atrair e reter trabalhadores com elevadas qualificações para o concelho? -----





Toda a gente conhece a realidade da empresa municipal Feira Viva onde existem diversos casos de falsos recibos verdes, alguns dos quais há quase uma década, como é possível verificar no portal da contratação pública. Quando é que o Sr. Presidente pretende trazer a esta Assembleia Municipal a regularização destes falsos recibos verdes? Ou vai continuar a ser responsável por uma entidade que promove a precariedade? É isto que é ter o Concelho em boas mãos? -----

Este período de regularização de vínculos precários nas autarquias locais e empresas municipais não deve acabar enquanto não forem regularizados todos os trabalhadores e, dessa forma, banida a precariedade. -----

O Bloco de Esquerda irá voltar a propor algo que o PSD já chumbou aqui. Que se execute um novo processo de regularização, que deve prever: -----

a) Uma fase para apresentação de requerimentos pelos interessados, aberto a todos os trabalhadores com vínculos precários, com vista a requerer a sua inclusão no processo; -----

b) A definição de uma comissão paritária, composta por representantes da Câmara Municipal e dos trabalhadores, com a missão de avaliar as situações a regularizar. Esta comissão deve debruçar-se sobre os casos que resultam da apresentação de requerimento e outros que sejam sinalizados por algum dos seus membros; -----

c) Um prazo máximo de 2 meses para análise dos processos e abertura dos procedimentos concursais que possam ter lugar. -----

Até à conclusão do processo de regularização é imperativo travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade, renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser apreciado para regularização. -----

Procedendo desta forma, aí sim, estaremos a proteger os interesses dos trabalhadores. No final, todos os elegíveis devem ser regularizados." -----

-----  
Interveio o membro *António Topa* (PSD) que começou por dizer que o PREVPAP – Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública não se aplica aos municípios, ressaltando que no País existe, felizmente, uma Constituição que diz claramente que o Estado não se deve intrometer na autonomia do Poder Local, e que lhe estava a parecer, pelo que ouviu em algumas das intervenções, que estava a haver uma tentativa de intromissão na autonomia do Poder Local. -----



112  
9  
5

Disse existirem municípios que, tendo trabalhadores com vínculos precários a desempenhar funções permanentes, sentiram a necessidade, e muito bem, de regularizar essas pessoas, integrando-as nos respetivos quadros de pessoal. Salientou que os municípios têm de ser bem geridos e, naturalmente, devem integrar nos seus quadros as pessoas que são realmente necessárias, comentando contudo que, em muitos casos, os trabalhadores exercem funções temporárias. -----

Realçou que o grupo municipal do PSD defende a autonomia do Poder Local bem como a posição do Município no sentido de integrar no seu quadro de pessoal os trabalhadores de que realmente necessita, para poder continuar a gerir bem as suas contas. -----

Disse que, inicialmente, quando esta matéria foi discutida na Assembleia da República, previa-se que existiriam cerca de 100 mil precários e, mais tarde, chegou-se à conclusão que seriam cerca de 30 mil, comentando que, se calhar, ainda foram menos do que 30 mil aqueles que concorreram ao PREVPAP. -----

Referiu também que, inicialmente, defendeu-se que um precário era aquele trabalhador que tinha feito contratos sucessivos durante 3 anos, por exemplo, mas, em determinada altura, e porque não havia gente a concorrer, defendeu-se que bastava as pessoas terem um contrato de 1 ano para se poderem candidatar, e, mais tarde ainda, que bastava 4 meses de trabalho. -----

Reafirmou que considera inadmissível quando há intromissão na autonomia do Poder Local, ressaltando ter ouvido, essencialmente através do BE, que o PSD faz aproveitamento político da decisão da Caixa Geral de Depósitos, que só se lembra das pessoas na altura de eleições, que esconde tudo e mais alguma coisa, bem com ter ouvido o BE criticar o aumento da receita do IMI bem como as Contas apresentadas, dizendo que não as podia aprovar nem branquear. Quanto à questão das Contas municipais o membro António Topa disse até parecer que as mesmas não são certificadas por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, comentando que contas são contas e que não se branqueiam, acrescentando, quanto à questão da receita do IMI, que a receita municipal é normal relativamente ao verificado no resto do País. -----

Fez sobressair que é fácil para o BE proferir tais afirmações uma vez que não lidera uma única Câmara do País, pelo que, de 4 em 4 anos, o BE critica permanentemente o povo do Concelho por ter votado no PSD, desrespeitando a vontade dos feirenses e fazendo passar a ideia de que não sabem o que fazem porque votam no PSD quando deviam votar no BE. Destacou que os feirenses votam no PSD porque querem votar nas pessoas que mostram



Handwritten signature

serenidade e que têm o princípio de seriedade, pelo que, em Santa Maria da Feira, têm confiado no PSD ao longo de 45 anos, e continuam a confiar. -----

Concluindo a sua intervenção o membro António Topa referiu que, afinal, não é só o povo de Santa Maria da Feira que não vota no BE, que é o povo do País todo porque não há, nas 308 câmaras municipais existentes em Portugal, uma única que seja liderada pelo BE. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Disse querer que fique claro para esta Assembleia que o Executivo municipal cumpre com a lei, e conjuntamente, cumpre com a defesa dos interesses dos feirenses. -----

Referiu que a Câmara vai admitir 34 pessoas que a lei considera poderem ser admitidas, realçando que a Câmara não pode admitir 100 ou 200 pessoas só porque se enquadram nos pressupostos legais, que vai admitir as que realmente precisa, comentando que se a Câmara precisar de um quadro superior, seja um engenheiro, um advogado, um economista, um planeador do território, não vai substituí-lo por uma pessoa que não tem as devidas qualificações. -----

Reforçou que a Câmara vai admitir pessoas de acordo com aquilo que o Município precisa, e com rigor, que não vai admitir pessoas só porque alguém faz muito barulho em Lisboa ou porque aparece um partido a dizer que a Câmara tem que integrar nos seus quadros 100 ou 200 pessoas. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara frisou que o Executivo municipal quer ter contas equilibradas, quer ter os funcionários necessários para o bom funcionamento da autarquia, ressaltando ser esse trabalho que está a ser feito e que, conseqüentemente, está convicto que, a curto prazo, a Câmara poderá baixar os impostos. -----

-----  
De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor (PSD: 27, PS: 12, CDS-PP: 1, IND: 1) e 2 abstenções (BE), aprovar a criação de postos de trabalho no âmbito do procedimento de regularização dos precários para necessidades permanentes dos serviços, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

-----  
*Sairam os membros Carlos Seixas e Cláudia Correia.*-----



**11 – Desafetação de terreno do domínio público municipal, para integração no domínio privado do Município, de parcela de terreno sita no Lugar de Milheirós, em Santa Maria da Feira** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 26 de março de 2018 e restante documentação enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS não pode concordar com a metodologia da Câmara para fazer o pedido de desafetação em questão, ressaltando que, pela informação dada, a desafetação é para a Câmara poder estudar um plano de alinhamentos para depois, eventualmente, alienar a um interessado. -----

Salientou que, contudo, a Assembleia não é informada sobre o que vai ser feito naquele local, questionando se a Assembleia, ao ser chamada a deliberar sobre o assunto, não devia saber o que se pretende fazer naquele sítio e, no caso de ser para vender, qual o retorno que vai trazer ao Município. Referiu que, no mínimo, o assunto devia ser instruído com uma avaliação do terreno para que se pudesse analisar se vale a pena, ou não, proceder à desafetação do terreno do domínio público para o domínio privado do Município, para depois o alienar. -----

Disse que, numa anterior sessão da Assembleia Municipal, foi acolhido pelo Executivo da Câmara que tal tipo de propostas deviam ser acompanhadas de mais informação, comentando que o acolhimento ficou por aí uma vez que o presente assunto é submetido à Assembleia sem informação nenhuma. -----

Concluindo a sua intervenção frisou que o grupo municipal do PS recusa-se a dar votos em branco, que quer tomar uma decisão tendo conhecimento do que se pretende fazer, do que se vai fazer do património municipal de Santa Maria da Feira, pois, caso contrário, vota contra. --

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) para dar nota que o BE verifica que, uma vez mais, a proposta não está completa, que carece de vários detalhes, pelo que iria votar contra devido



1/2  
Handwritten initials

à falta dos elementos técnicos necessários que justifiquem a desafetação em causa. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que a matéria em questão é óbvia, fazendo sobressair que, nos documentos distribuídos aos membros da Assembleia, está uma planta que qualquer um pode ver, informando que o terreno em questão é um antigo caminho que deixou de ter utilização porque o acesso passou a ser feito de outra forma, frisando que a Câmara não tem qualquer interesse naquele terreno.-----

Realçou que, neste momento, aquilo que a Assembleia Municipal é chamada a votar é a desafetação do terreno do domínio público para o domínio privado do Município, esclarecendo que o processo posterior é o de avaliar esse terreno com vista a uma eventual venda, em conformidade com essa avaliação. -----

Frisou que, portanto, com a presente desafetação, não há qualquer diminuição do interesse municipal ou diminuição da defesa do interesse público. -----

-----  
De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (PSD: 25, CDS-PP: 1, PS: 1 – Valdemar Silva), 13 votos contra (PS: 11, BE: 2) e 1 abstenção (IND), aprovar a desafetação, do domínio público para o domínio privado do Município, de parcela de terreno com a área de 138 m<sup>2</sup>, sita na Travessa dos Carreiros, lugar de Milheirós, União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

-----  
*Reentraram os membros José Castro, Carlos Seixas e Armando Teixeira.* -----

-----  
**12 – Protocolo de colaboração a celebrar entre a Casa do Povo de Santa Maria da Feira e o Município** -----

- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual-----

**13 – Procedimento “Serviços de segurança e vigilância para o Município de Santa Maria da Feira e Feira Viva EM”** -----

- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual-----

**14 – Procedimento “Inspeções (vistorias) de ascensores, monta-cargas, escadas**





mecânicas e tapetes rolantes” -----

- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 4 e 18 de junho de 2018, enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Usou da palavra o membro *Pedro Ferreira* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Sobre o ponto 12, de nova celebração de protocolo com a Casa do Povo, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente para utilização das instalações da Casa do Povo para que nelas decorram atividades artísticas, socioculturais e outras da maior importância como o gabinete de atendimento à vítima. -----

Quanto aos outros dois pontos, o Bloco de Esquerda votará contra. Não é dada informação suficiente à Assembleia Municipal e as questões não são claras. -----

Propõe-se a criação de uma espécie de *joint venture* entre a autarquia e a empresa municipal, não sendo claros os critérios pelos quais se reparte a despesa entre um e outro. -----

Segundo, não se percebe como se chega a estes valores propostos: mais de 1 milhão de euros (com IVA) para segurança e mais de 70 mil euros (com IVA) para fazer vistoria a elevadores. -----

Não se conhecem, nem são transmitidos à Assembleia Municipal, o caderno de encargos. -----

Não se dizem que entidades foram convidadas, quais os critérios para esses contactos ou convites. -----

Enquanto estes pedidos de autorização para concursos e adjudicações não vierem instruídos com a informação suficiente, o Bloco de Esquerda considera que a Assembleia não tem condições para votar favoravelmente estes pontos. Da nossa parte votaremos contra.” -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por informar que o grupo municipal do -----



PS vota favoravelmente o assunto relativo ao protocolo a celebrar com a Casa do Povo de Santa Maria da Feira, porque entende que o protocolo deve ser continuado tendo em conta os fins a que se destina, bem como vota a favor o ponto relativo ao procedimento de inspeção dos ascensores porque tem a consciência que tal serviço é bastante técnico e que, não tendo a Câmara recursos próprios para o fazer, contrate uma empresa externa para o efeito. -----

Em relação ao procedimento respeitante aos serviços de segurança e vigilância para o Município e para a empresa municipal Feira Viva, disse reiterar as palavras proferidas pelo membro Pedro Ferreira uma vez que também entende que o assunto é pouco claro e pouco transparente, não havendo uma separação objetiva do que diz respeito à autarquia e do que diz respeito à empresa municipal. -----

Salientou que, para além disso, o grupo municipal do PS entende que o procedimento concursal poderá enfermar de alguma ilegalidade porque não faz a separação dos lotes, não diz quais e a quem vão ser prestados os serviços, considerando haver uma miscelânea em que ninguém entende quem paga o quê. -----

Concluindo, frisou que a política pública é transparência e que a transparência implica que se diga quem compra isto e quem compra aquilo, e que tal não se verifica no caso em concreto, fazendo notar que, devido à falta de transparência que indicou, o grupo municipal se vê obrigado a votar contra a matéria relativa ao ponto n.º 13 da Ordem do Dia.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Disse que estava a haver uma grande confusão sobre aquelas que são as competências do órgão executivo e as do órgão deliberativo, referindo que estava a trazer-se à discussão matérias que não são da competência da Assembleia Municipal.-----

Salientou que, evidentemente, há um caderno de encargos que é aprovado, que é público e onde consta toda a informação, como a discriminação dos serviços que cada entidade faz e que cada entidade vai pagar, mas que, obviamente, não compete ao órgão deliberativo aprovar essas peças nem decidir sobre as mesmas. Realçou que as peças do concurso são públicas pelo que podem ser consultadas, dizendo que qualquer membro da Assembleia que o pretenda pode consultá-las ou solicitar que lhe sejam disponibilizadas. -----

Reforçou ser preciso perceber quais são as competências da Assembleia Municipal e quais são as competências da Câmara Municipal, reafirmando que os dois assuntos em questão – pontos



n.º 13 e 14 da Ordem do Dia – dizem respeito a concursos públicos e que se houvesse algum motivo de reclamação certamente que os concorrentes reclamariam. Disse que os processos são feitos com toda a transparência e clareza, que todos os interessados sabem o que está a concurso e para o quê que têm que dar preço, bem como sabem como todo o procedimento concursal é levado a cabo. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse que a forma enviesada de levantar suspeitas sobre aquilo que é claro, transparente e que não levanta dúvida nenhuma, é típica de alguns, mas que o Executivo municipal está consciente da sua lisura e da qualidade do seu trabalho, e que as sucessivas inspeções feitas ao Município e os vistos recebidos do Tribunal de Contas comprovam isso, realçando que o Executivo municipal orgulha-se da transparência e do cumprimento que faz da lei. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

*12 – Protocolo de colaboração a celebrar entre a Casa do Povo de Santa Maria da Feira e o Município*-----

*- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 44 votos a favor (PSD: 28, PS: 12, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), autorizar a assunção do compromisso plurianual respeitante a 2022, inerente ao protocolo em epígrafe, no valor de 5.598,00 €. -----

*13 – Procedimento “Serviços de segurança e vigilância para o Município de Santa Maria da Feira e Feira Viva EM”*-----

*- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP: 1, IND: 1, PS: 1 – Valdemar Silva) e 13 votos contra (PS: 11, BE: 2), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2019 – 412.050,00 €,-----

. Ano 2020 – 343.375,00 €.-----

*14 – Procedimento “Inspeções (vistorias) de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e*



*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten mark]*

*tapetes rolantes”* -----

*- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor (PSD: 28, PS: 12, CDS-PP: 1, IND: 1) e 2 votos contra (BE), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2019 – 24.600,00 €, -----

. Ano 2020 – 24.600,00 €, -----

. Ano 2021 – 12.300,00 €. -----

O membro *Rui Ribeiro* (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Nós não podemos deixar de reiterar as instruções técnicas e específicas dos técnicos da Câmara, e não podemos deixar de condenar sempre a postura, principalmente da Esquerda, em levantar suspeição relativamente aos procedimentos, a tentar, como disse o Sr. Presidente, meter areia na engrenagem.”-----

Nós sabemos, Sr. Presidente, que esta bancada não pode contar com o apoio da Esquerda para a gestão do Município. Ainda há momentos o elemento do Bloco de Esquerda disse, nesta Assembleia: nós colocamos, em todo o País, em prática um processo de integração dos precários. Nós! Nós! Vocês são Governo? Vocês têm que ser claros. Se são Governo vocês fecharam a Caixa Geral de Depósitos de Rio Meão. Ou vocês só são Governo para aquilo que lhes convém? Isso nós já percebemos desde o primeiro momento. É grave é que o Partido Socialista não perceba.”-----

**15 – Em defesa do bem-estar animal (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em epígrafe e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo grupo municipal do BE, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 7.816, em 13 de junho de 2018 – documento enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito.-----

Fez ainda alusão à recomendação que instrui o assunto – que igualmente foi distribuída, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal –, passando à palavra à deputada municipal Salomé Ventura para que fizesse a apresentação da mesma. -----



Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Com a Lei n.º 8/2017, de 3 de março, os animais passaram a possuir estatuto jurídico, sendo assim reconhecida a sua sensibilidade e o direito à proteção. No mesmo sentido, a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, prevê medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária, e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização. -----

Deste modo, a atual legislação coloca os municípios no centro de decisão no que respeita aos direitos dos animais, estando os mesmos obrigados a corresponder às atribuições e competências que a lei lhes confere nesta matéria. Tendo em conta a realidade do concelho e as mais recentes alterações legislativas relativas ao bem-estar animal, considera-se fundamental implementar novas formas de lidar com a sobrepopulação de animais errantes. --- Neste sentido, é urgente o reforço das políticas públicas para o bem-estar animal, que permitam uma resposta efetiva, a nível local, privilegiando a recolha, esterilização e promoção da adoção responsável. Considera-se que o município não pode depender somente dos fundos provenientes da administração central, devendo sobretudo criar políticas próprias e dotação orçamental que possa dar resposta a estas necessidades.-----

É urgente repensar a política municipal para o bem-estar animal e fundamental definição de uma estratégia clara sobre esta problemática. O Bloco de Esquerda considera que o Município de Santa Maria da Feira não tem dado cumprimento às suas obrigações em matéria de direitos dos animais, pelo que apresenta um conjunto de propostas no sentido de dar resposta a esta problemática. -----

Como tal, considera-se fundamental a criação de um Regulamento Municipal para o Bem-Estar Animal, onde sejam previstas medidas para o aumento da qualidade de vida dos animais e para o controlo das populações de animais através de alternativas ao abate, que assente na implementação de medidas que passem pela esterilização e pela promoção da adoção consciente dos animais de companhia nos centros de recolha, quer canis, quer gatis. --- Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 29 de junho de 2018, recomenda ao Executivo Camarário: -----

1. A criação do Regulamento Municipal para o Bem-Estar Animal, que garanta: -----





- a) Instituição da definição de “animal comunitário”: o animal que seja cuidado no espaço ou via pública, cuja guarda, detenção, alimentação e/ou cuidados médico-veterinários são assegurados por uma pessoa ou grupo de pessoas que constituam uma parte de uma comunidade local de moradores; bem como de “bem-estar animal”: o estado de equilíbrio fisiológico e etológico, assim como a ausência de dor ou sofrimento do mesmo, tendo em conta as suas características e necessidades naturais;-----
- b) Restrição do abate de animais apenas quando é via única e indispensável para eliminar a dor e sofrimento irreversível do animal;-----
- c) Realização de programas CED (Captura, Esterilização e Devolução) em colónias de animais de rua estabilizadas; -----
- d) Garantia da esterilização de todos os animais abrigados no canil intermunicipal, sendo a esterilização realizada no próprio local, assegurando a saúde pública e a não proliferação de animais errantes; -----
- e) Criação de um posto móvel que efetue esterilizações e tratamentos a cães e gatos, com atendimento prioritário às áreas onde possa existir um maior número de animais negligenciados/abandonados, trabalhando com as associações, grupos de proteção dos animais do concelho e ativistas da causa animal e outras entidades da comunidade para o lançamento e manutenção da estrutura;-----
- f) O reforço dos apoios às associações do município que promovem o bem-estar animal; -----
- g) Disponibilização um serviço de esterilização, tendencialmente gratuito para animais pertencentes a famílias residentes no município;-----
- h) Promoção da formação, sensibilização e inclusão da temática animal na comunidade educativa, para voluntários, técnicos, famílias de acolhimento, forças da autoridade e população em geral.-----
2. Instalação de um centro de recolha animal concelhio, de proximidade, e complementar à resposta do centro intermunicipal.” -----

Interveio o membro **Luis Silva** (PS) que começou por parabenizar o BE por, ao trazer o tema para, uma vez mais, ser discutido por esta Assembleia Municipal, se juntar ao PS na pretensão de trazer o Concelho, relativamente a esta matéria, para o século XXI, comentando que o Concelho está muito atrasado no que se refere a este assunto. -----



*MP*  
*del*

*(Signature)*

Referiu que o grupo municipal do PS, até tendo em conta as propostas que o PS apresentou sobre o assunto, em mais do que uma ocasião, não pode votar a recomendação do BE de outro modo que não seja a favor. -----

Realçou que, infelizmente, o grupo municipal do PS também já sabe qual a resposta do Executivo PSD uma vez que o assunto foi discutido na última reunião de Câmara, na qual o Sr. Presidente da Câmara disse, em relação às 20 propostas apresentadas pelos vereadores do PS, que as mesmas não são exequíveis.-----

Salientou que, apesar de saber que o bem-estar animal não é tema ao qual o Executivo do PSD seja sensível e de saber qual o sentido de voto do grupo municipal do PSD, o PS considera ser de extrema importância a criação de um regulamento municipal de bem-estar animal, o qual faria com que as atividades como o comércio, a guarda, a criação e os espetáculos com animais, necessitassem ter autorização municipal. -----

Disse que, no âmbito deste assunto, existe o exemplo do que aconteceu há cerca de um ano, em que a intenção da realização de uma tourada criou muitos problemas no Concelho, comentando que o Executivo PSD tentou, nessa altura, arrumar para o lado o problema. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Luís Silva reforçou que, por tudo o que enunciou, o grupo municipal do PS só podia votar favoravelmente a recomendação em discussão.-----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que disse que o CDS-PP acompanha a criação de um regulamento municipal para o bem-estar animal, ressaltando ainda as associações e grupos de cidadãos que participam na resolução de alguns dos graves problemas que o Concelho tem no âmbito desta matéria.-----

Referiu que o CDS-PP gostaria que a Câmara Municipal tivesse sensibilidade para fazer protocolos com essas entidades, não para as financiar mas sim para que tenham as devidas condições para exercer a sua atividade, quando são requisitadas para resolver aquilo que, muitas vezes, o Município não consegue resolver.-----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Susana Silva* (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A salvaguarda das condições de vida dos animais de estimação deverá ser um princípio que medeia qualquer cidadão. Todos o sabemos, todos partilhamos desta máxima. O município de



Santa Maria da Feira não descarta esta preocupação.-----  
É um agente ativo nas medidas de profilaxia da raiva e identificação eletrónica, campanhas de adoção e de sensibilização para o não abandono de animais de companhia, palestras nas escolas para a implantação da temática animal na comunidade educativa, viaturas para a recolha dos animais errantes, acidentados e outros encontrados na via pública e melhoria dos métodos de captura. Acresce o cumprimento da lei no que diz respeito ao abate ou occisão; efetivamente nenhum animal recolhido é abatido, exceto por razões que se prendam com o estado de saúde irreversível. Aliás, o Município abraça o novo paradigma de controlo dos animais errantes: a 15 de novembro de 2017 o canil intermunicipal da AMTSM – Associação de Municípios das Terras de Santa Maria passou a esterilizar todos os seus animais para, posteriormente, serem disponibilizados para adoção. -----  
O Centro de Recolha está prestes a ser uma realidade. O Município já ultimou o projeto, aguardando apenas o parecer favorável das Infraestruturas de Portugal. Estará sedado no estaleiro municipal no Cavaco e assumir-se-á como um serviço de alojamento temporário, com vista à imediata adoção ou encaminhamento para o canil intermunicipal. -----  
Sempre sensível a esta problemática, o Município apoia a Anifeira – Associação dos Amigos dos Animais de Santa Maria da Feira. Cedeu as instalações e anualmente atribuiu-lhe um subsídio. Reconhece o imenso mérito da sua atuação e está sensível às múltiplas dificuldades e desafios que enfrenta. -----  
Todas estas medidas pressupõem, naturalmente, a defesa do bem-estar animal!-----  
Assim, determinadas sugestões explanadas pelo Bloco de Esquerda já vigoram e outras, parecem-nos, na sua globalidade, pouco exequíveis. -----  
Como se protege os animais pertencentes a famílias residentes no Concelho quando se pretende impor uma esterilização quase compulsiva dos mesmos, criando um perfeito e lento extermínio dos animais de companhia? Esterilização sim, em circunstâncias fundamentadas, sem enveredar por generalizações abusivas. A intervenção com as famílias do Município deverá assentar em campanhas preventivas, de forma a responsabilizá-las pelos seus animais. Educação, civismo, cumprimento de leis e respeito são vetores onde devemos apostar! Para o Grupo Municipal do PSD a preocupação estende-se para lá dos animais errantes. Como qualificar a opção de ter um cão preso a um cadeado ou confinado a uma varanda de um apartamento? -----



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

Os programas CED – Captura, Esterilização e Devolução poderão ser profícuos e eficazes no controlo de colónias de gatos. Porém, querer generalizar a medida é arriscado. Efetivamente, há animais que, pelo seu porte e perigosidade, provocarão tendencialmente danos na via pública e constituirão ameaça, pelo que o Município poderá ser responsabilizado pelos estragos que os mesmos causarem após serem devolvidos à rua.-----

Não somos defensores dos postos móveis de esterilizações e tratamentos. A esterilização é um procedimento cirúrgico efetuado sob anestesia que pressupõe período de recobro pós-operatório. Logo, torna-se inviável a sua operacionalização num posto móvel.-----

Em resumo, com padrões de exequibilidade e equilíbrio, reconhecemos o empenho do Município no respeito pela vida animal e na defesa da saúde pública, sem desvirtuar o seu principal enfoque: as pessoas.”-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Para encerrar o ponto, dizer que a postura do PSD não nos surpreende, ela vai de encontro ao que tem sido a postura também do Executivo.-----

Eu acho que a melhor forma de mostrar ou de voltar a lembrar aquilo que tem sido essa mesma postura, é trazer aqui algumas das declarações feitas por alguns elementos do Executivo ao longo dos últimos dois anos, o último ano basta, que demonstram qual tem sido a posição do Executivo e a sensibilidade pelas questões do bem-estar animal.-----

Vou só lembrar algumas, bastando ver aquilo que são as declarações proferidas em reuniões de Câmara e as declarações feitas à comunicação social.-----

Portanto, em abril de 2017, o Sr. Presidente, preocupado com a alteração à lei, diz que fez contacto com associações e outros municípios e que ninguém sabe como resolver.-----

Como sabemos, se contactou algumas das três associações que desenvolvem o trabalho com o bem-estar animal no Concelho, foi unicamente a Aanifeira. Por exemplo, em visita à associação Verde Certo, em Paços de Brandão, percebemos que a Câmara já rejeitou, inclusive, projetos apresentados por esta associação.-----

Como já foi dito, a Câmara Municipal apoia apenas a associação Aanifeira e de forma esporádica.-----

Maio de 2017. O Sr. Vereador Vítor Marques identifica como problema não só o crescente



4

número de cães abandonados, mas também o facto de moradores e locais continuarem a alimentá-los. -----

Culpa a população que alimenta os animais, demonstrando profundo desconhecimento daquilo que é o assunto do bem-estar animal e a defesa dos interesses dos animais. -----

Parece também pretender que se deixe os animais definharem de fome nas ruas, é a única coisa que podemos concluir desta intervenção, colocando em causa não só a saúde dos próprios animais mas, também, a saúde pública. -----

Novembro de 2017. O Sr. Presidente afirma que temos um desafio tremendo e não sabemos como vamos resolver, o número de animais é elevado e refere que o abate tem que acontecer. - Estas declarações só podem revelar uma falta de informação e a falta de sensibilidade que o Executivo tem perante a causa animal, e que para nós, Bloco de Esquerda, ainda só acentua mais a importância de trazer este tema à Assembleia Municipal. -----

Se o número de animais errantes tem vindo a aumentar é porque as políticas anteriores não funcionaram. A situação não só é ainda mais grave muito pelo trabalho desenvolvido pelas várias associações de ajuda animal no Concelho e pelos grupos de cidadãos que se dedicam à causa animal sem qualquer tipo de apoio, cumprindo, mais uma vez dizendo, aquilo que deve ser a responsabilidade do Município. -----

Janeiro de 2018. Emídio Sousa lamenta que haja muitas associações interessadas em ajudar, mas nenhuma de forma gratuita. -----

Ora, as associações de ajuda animal fazem-no e continuarão a fazer, e fizeram-no no passado, e de forma gratuita, o trabalho sobre a causa animal, assumindo responsabilidades da Câmara Municipal, que se revela incapaz e insuficiente. -----

É muito complicado para estas associações continuar a desenvolver o seu trabalho sem qualquer tipo de apoio, elas são feitas simplesmente pela boa vontade dos voluntários e das pessoas que despendem o seu trabalho e o seu dinheiro para ajudar na causa animal. -----

Mais uma vez, a Câmara Municipal foge às responsabilidades. -----

E para terminar, maio de 2018. O Sr. Vereador Vítor Marques fala em políticas de adoção mais agressivas com recurso a incentivos. Um mau princípio, mais uma vez fala vagamente. Refere o Centro Veterinário Municipal, como já foi aqui referido, que está prevista a conclusão para o fim do verão. Diz que oferecerá melhores condições de cuidados aos animais. Novamente muito vago. -----





*[Handwritten signatures and initials]*

O Centro Veterinário Municipal deveria servir essencialmente para esterilizar os animais errantes, das associações, dos protetores dos animais e das famílias mais carenciadas, não apenas como ponto de recolha temporária para, depois, reencaminhar os animais para o canil intermunicipal.-----

Refere ainda o Sr. Vereador que o Município está preparado para combater o problema. Sabemos que não está, e é por esta razão que propusemos este conjunto de medidas, que esperamos que sejam acolhidas pelo Executivo, e, volto a frisar, para que haja uma efetiva resposta às questões do bem-estar animal.” Fim de citação.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse que a política concelhia, no que diz respeito ao bem-estar animal, é articulada intermunicipalmente, designadamente através do canil intermunicipal, fazendo notar que todos os animais que entram nesse canil são esterilizados. Informou que também todos os animais que são recolhidos no canil municipal, e que depois são transferidos para o canil intermunicipal, são esterilizados.-----

Concluindo deu nota que, em abril de 2017, adotou dois cães, e que, em novembro de 2017, adotou um outro, comentando que aquilo que faz são coisas concretas.-----

-----  
De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos a favor da recomendação (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), 28 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PS – Valdemar Silva), rejeitar a recomendação apresentada pelo grupo municipal do BE – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o Período em epígrafe, informou existir a inscrição de 7 cidadãos para intervir, que, seguidamente, se identificam:-----

1 – Francisco Soares Ferreira-----

Morada: Trav. do Pavilhão, n.º 298, Mozelos -----

Assunto: Corrupção: casas sem licença e sem projeto, Travessa de Moure – Santa Maria de Lamas. -----

2 – Diogo Fontes Lopes da Silva -----



Morada: Rua António Aleixo, n.º 100, Beire, São João de Ver -----

Assunto: Pedir 3 esclarecimentos à Câmara sobre: -----

a) De quem é a responsabilidade da limpeza e manutenção das vias do Eixo da Cortiça ou Parque Empresarial da Cortiça (PEC) em São João de Ver;-----

para quando está previsto as obras de melhoramento do PEC e dos novos arruamentos previstos do eixo da cortiça para Santa Maria de Lamas, junto à Cincork, e da rotunda da Lavandeira para a Suil Park;-----

b) Fruto das enormes críticas dos empresários sediados na Zona Industrial da Silveirinha, para quando está previsto a requalificação e asfaltamento deste parque empresarial em São João de Ver;-----

c) Opinião do Executivo se a Feira Viva/CM da Feira vai investir na requalificação da Piscina Municipal de São João de Ver. Se opinião é favorável, qual o compromisso do Executivo e para quando estará previsto o arranque das obras de melhoramento. -----

3 – Berta Gabriela Marques Brazão (*voluntária da DzG Canedo*) -----

Morada: Rua da Inha, Canedo-----

Assunto: Abrigo de animais abandonados da Inha, em Canedo. -----

4 – Dirk Klass Leegwater (*responsável pela DzG Canedo*) -----

Morada: Rua Luís de Camões, 23A, Cacia-----

Assunto: Abrigo da DzG na Inha, em Canedo. -----

5 – Ana Cristina Faria Tavares-----

Morada: Rua da Estrada Nacional 1, 71, Malaposta, Sanfins -----

Assunto: Abrigo da DzG na Inha, em Canedo. -----

6 – Joana Correia Lamoso -----

Morada: Rua José Luis Bastos, n.º 14, Vila Boa, Santa Maria da Feira -----

Assunto: Controlo populacional de animais errantes e qualidade de vida dos munícipes. -----

7 – Pedro Manuel Lopes Ferreira-----

Morada: Rua Luís Camões, n.º 83, A1, São João de Ver -----

Assunto: Bem-estar animal. -----

O Sr. Presidente da Assembleia informou aos cidadãos inscritos que, nos termos regimentais, teriam quatro minutos de intervenção, numa intervenção única. De seguida, passou a palavra ao cidadão Francisco Ferreira. -----



Interveio o cidadão *Francisco Ferreira* que começou por dizer que a sua vinda a esta Assembleia é para denunciar as casas que são feitas clandestinamente, sem licença e sem projeto, no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que as pessoas protestaram publicamente, ou vieram à Câmara fazer o protesto, comentando que foi um fiscal da Câmara ao local para verificar a situação mas que a verdade é que a obra continuou. -----

Disse achar que se deve acabar com os favores que os fiscais municipais fazem uns aos outros, designadamente aqueles que são projetistas, acrescentando que só depois das casas estarem feitas é que os projetos são apresentados na Câmara, para esta aprová-los, ou não, comentando que não queria usar a palavra corrupção porque considera ser uma palavra pesada. -----

Salientou que outro assunto que tem ouvido falar, sempre que vem assistir a uma sessão da Assembleia Municipal, prende-se com a questão das Termas de S. Jorge. Sobre isso, disse achar que era altura da Câmara dar benefícios aos seus munícipes, como por exemplo duas ou três consultas a preço de custo, até para, de certa forma, viciar as pessoas nesses serviços. -----

Concluindo, disse que deixava essa sugestão para tentar fazer com que as Termas se desenvolvessem, salientando que ouviu dizer que a Câmara não consegue vender a participação que tem e que isso acontece, se calhar, devido à falta de clientes das Termas. -----

-----  
Interveio o cidadão *Diogo Silva* que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“São três temas que me traz aqui, três temas muito sensíveis da minha freguesia. Eu venho aqui na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia, eleito pelo CDS, e são três temas que têm sido abordados na Assembleia de Freguesia, também na comunicação social. E congratulo-me que tenha sido abordado também na reunião de Câmara, recentemente, e também já hoje abordado pelo nosso deputado municipal, Ângelo Santos. -----

Os temas são três, muito concretos, que em parte já respondeu nas intervenções na rádio e nos jornais, e eu quero aqui frisar essa importância. -----

O Eixo da Cortiça, ou PEC, está num estado lastimável, é uma terra de ninguém, e, infelizmente, é na terra de São João de Ver, onde eu vivo. Isto é inadmissível num concelho que se diz moderno, para quem se apresenta da via estruturante Lamas-Lourosa é uma triste entrada na nossa freguesia. -----



A Junta de Freguesia não tem capacidade para a limpeza deste espaço, não tem capacidade técnica, isso o Sr. Presidente já o reconheceu, e eu pergunto, uma pergunta direta: quem é responsável por esta limpeza e, também, pela sua manutenção? Não basta limpar, é preciso fazer a manutenção.-----

Segunda questão. O que é que o Executivo pensa para resolver este imbróglio do Parque Empresarial da Cortiça.-----

A questão de Nogueira da Regedoura já respondeu, acho que realmente é uma obra muito mais além, mas agora o que é que vamos fazer com aquele beco sem saída. Os camiões chegam ali e vão bater, aquilo tem que se resolver.-----

E pergunto sobre as vias transversais para a Cincork, de Santa Maria de Lamas, e, já agora, da nova rotunda do Casalinho, da Lavandeira para o Suil Park, que muito iria beneficiar os empresários da cortiça, e não só, também dos restantes setores. São estas duas perguntas concretas.-----

Segundo tema, Zona Industrial da Silveirinha.-----

Eu venho aqui fazer um relato pessoal de um dos maiores empresários de São João de Ver, que me veio confidenciar, e digo que é uma vergonha o estado do pavimento desta zona industrial. Sentem-se revoltados, os empresários sentem-se abandonados, esse empresário paga 16 mil euros de IMI e não tem o benefício daquilo que o Município tem necessidade de fazer, que é criar acessibilidades para esta zona industrial.-----

Eles sentem-se com vergonha de receber os clientes dos 5 continentes. É importante o Município estar a pensar em novas zonas industriais, o Lusopark, também em São João de Ver, mas não esquecer as atuais. A minha pergunta concreta: para quando a pavimentação urgente?-----

Terceiro tema, que também já foi aqui abordado, piscina municipal de São João de Ver. É uma piscina que está cedida a exploração à Feira Viva, mas a Feira Viva não está a cumprir, nomeadamente nas suas obrigações, que é o arranjo, a manutenção e as infraestruturas que estão decadentes. Os balneários estão decadentes, os muros, os pavimentos, todo o aspeto, é uma pena isto estar-se a passar em São João de Ver. Estamos a perder um ex-libris, estamos a perder o haver. É a única piscina do Concelho a céu aberto, é uma piscina que promove o desporto, a natação adaptada que já aqui foi falada, do Clube Desportivo Feirense, que faz lá os seus treinos de competição.-----



E, neste momento, eu fico muito aborrecido quando vejo um investimento da Feira Viva para a piscina de Santa Maria da Feira, para a piscina de Lourosa, para a piscina de Fiães, mais os ginásios HMC, e São João de Ver onde está? Estamos sempre na cauda. -----

Tem que mudar este paradigma, nós estamos mesmo ao lado da sede de Concelho, eu venho aqui nessa qualidade de alertar este Executivo da importância do investimento da requalificação. -----

Da leitura atenta do orçamento da Feira Viva, que eu tive acesso e já consegui consultar, não é mencionado nenhuma verba específica para este ano. -----

Eu quero, aqui, que possa dar um compromisso, uma resposta concreta, para quando, se é para 2019 que seja para 2019, mas que, de facto, não fiquemos esquecidos. É uma piscina com grande potencial. E, já agora, porque não uma zona de lazer, um bar, uma exploração, porque nós, São João de Ver, precisamos de mais investimento da parte da autarquia. -----

E são estas as 3 questões.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio a cidadã *Berta Brazão* que começou por referir que, em criança, sua mãe lhe contava uma história que sempre julgava verdadeira, da tradição popular da Holanda, em que um rapaz chamado Hans, ao aperceber-se de uma fissura num dique na sua aldeia, apressou-se a tapar o buraco com o seu dedo, ali permanecendo uma noite inteira até que alguém o ouvisse e viesse em seu auxílio, tendo-se tornado num pequeno herói do imaginário coletivo. - Salientou que as associações de proteção de animais, grupos cívicos e mesmo particulares, têm passado por uma longa e negra noite, sozinhos, na tarefa de conter a torrente de ninhadas de cães e de gatos. -----

Disse que a lei que surgiu foi feita ao contrário porque, ao invés de se verem campanhas de esterilização massiva e ações de informação às populações, sensibilizando para a necessária esterilização de todos os animais de companhia, depara-se com uma proibição dos abates nos canis, realçando que o número de animais que nasce é muito superior ao número de famílias dispostas a adoptá-los. Questionou se se pode contar, em Santa Maria da Feira, com uma campanha de esterilização massiva para os animais das famílias bem como por uma campanha de informação junto das mesmas famílias, comentando que a origem do problema está precisamente nas famílias. Referiu ser a montante que se tem que cortar o problema da sobrepopulação de animais, e não a jusante, destacando ser insuficiente que sejam apenas as

---





associações e canis a esterilizar os animais, que é absolutamente necessário as famílias também adotarem essa prática.-----

Salientou que, ao contrário do que foi dito por um representante do PSD, não se corre o risco de exterminar os cães e gatos com a absolutamente necessária esterilização de todos os animais de companhia.-----

Concluindo a sua intervenção, disse que a situação não pode continuar tal como está, realçando que aquilo que a DzG Canedo está a pedir é suporte, é apoio, que não pede dinheiro, que apenas pede que a deixem trabalhar.-----

-----  
Interveio o cidadão *Dirk Leegwater* que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“A língua portuguesa é uma linguagem bonita, mas para mim é difícil. Falo um pouco. Antes de mais, quero agradecer à Assembleia a oportunidade de falar.-----

Cerca de três anos e meio atrás, depois na minha reforma decidi seguir o meu coração e fazer trabalho voluntário em Portugal.-----

Ajudando cães e gatos em um dos abrigos mais pobres, em Cacia.-----

Um trabalho multifuncional: da limpeza ao serviço de transporte de animais para as clínicas e também divulgação do trabalho e dos animais para adoção.-----

Agora sou responsável pela DZG Canedo. Cuidar de mais de 100 cães ao abrigo de Inha/Canedo.-----

E, durante esses anos, mudei minha visão sobre o problema de tantos cães errantes e abandonados.-----

Vocês não querem ver um animal atropelado pelo vosso carro ou moto, pois não? Nem eu, nem por você, nem pelo animal.-----

Vocês querem um cachorro destruindo seu jardim ou matando uma galinha? Nem eu!-----

Vocês querem um cachorro espalhando lixo ou até doenças? Nem eu!-----

Vocês querem cães na rua perturbando a vossa vida? Nem eu!-----

Então mudei meu primeiro objetivo, bem-estar dos animais. Do meu coração, para um mais racional: bem-estar da comunidade incluindo animais.-----

Isso está inextricavelmente ligado.-----

De facto, há múltiplos objetivos:-----



1. A redução da sobrepopulação de animais; -----
2. Mais segurança para cães e gatos; -----
3. Bem-estar aceitável para cães e gatos; -----
4. Uma comunidade mais limpa e segura; -----
5. Menos distúrbios provocados por cães e gatos (destruindo jardins, matando galinhas, sujando os espaços públicos, etc.). -----

A DzG pratica o CED (Captura - Esterilização - Devolução). -----

Ano passado, a DzG Canedo tornou possível a esterilização de cerca de 600 cães e gatos.

Uma contribuição, mas não o suficiente. -----

E então estava pensando... -----

Sobre a minha longa experiência como consultor de companhias e organizações governamentais, no âmbito de gestão de problemas ou desastres (de colapso de sistemas informáticos para fogos grandes), que põem em causa a laboração ou mesmo a existência da empresa ou organização, podendo até prejudicar a própria comunidade. -----

Considerando a sobrepopulação de animais e simultaneamente a questão do seu bem-estar e os correspondentes riscos para a comunidade, podemos, sem dúvida alguma, falar do grande problema dos abates, que há já muito tempo tem sido usado como método de resolução do problema, contudo sem sucesso. -----

À parte os aspetos éticos, encontrei num dos documentos estudados a conclusão de que o abate não resolve o problema de forma consistente e a longo prazo, uma vez que os animais vão sempre encontrar alimento na rua, incluindo lixo. A não ser que se abata quase todos os animais! -----

E então, estava pensando... -----

Quais são as partes mais importantes de um plano de emergência? -----

Comunicação, ações de controle de danos e recuperação e, acima de tudo, cooperação. -----

E então, estava pensando... -----

Para seguir uma vida saudável você provavelmente conhecerá a roda dos alimentos para uma alimentação equilibrada. -----

Aqui aplicado, é o disco de cinco com os cinco aspetos básicos em equilíbrio para alcançar a comunidade com os animais de companhia, ambos saudável e segura: -----

1. Colocação de chip e registo (exigido por lei, mas não em cães errantes), -----



2. Vacinação e outros tratamentos médicos (menos animais doentes e então menos probabilidades de ser abandonados), -----

3. Esterilização em larga escala (estudos demonstram que pelo menos 70% das fêmeas devem ser esterilizadas, por forma a reduzir a população de animais), -----

4. Gestão do lixo (mais contentores de resíduos, mas gradualmente), -----

5. Adoção responsável (adoções conscientes para a vida; não entregar animais como um presente ou exorbitar emoções através de adjetivos “fofos”). -----

Se estes 5 aspetos não forem cumpridos, o sucesso não pode ser garantido.-----

A cooperação é um requisito incondicional das ações do disco de cinco, mas também a consciencialização para a problemática e criação de preços atrativos para as esterilizações, colocação de chip e registo, vacinação, desparasitação, etc, a fim de ser capaz de trazer as famílias mais carenciadas ao veterinário.-----

Enfrentar o enorme problema descrito, requer uma forte cooperação de todos em Santa Maria da Feira: -----

Os cidadãos, os veterinários, a Câmara Municipal, a GNR e SEPNA, os partidos políticos, os canis, os associações e as igrejas (por exemplo é interessante ler o Génesis 10:9 e Provérbios 12:10). -----

Por fim, um provérbio chinês:-----

Diga-me, esquecerei, -----

Mostre-me, talvez lembre, -----

Faça-me participar e compreenderei.-----

Quase todas os partidos políticos visitaram o abrigo para conhecer e discutir. -----

Exceto o PSD e o PNR. -----

Ambos são muito bem-vindos.”-----

-----  
Interveio a cidadã *Ana Tavares* que começou por dizer que é, a nível particular, uma protetora de animais de rua e que ficou muito triste ao saber que o Executivo da Câmara despreza um pouco as sugestões que foram dadas no âmbito do bem-estar animal, ou então não acredita nelas. -----

Disse que foi publicada uma lei que diz que a não prestação de cuidados médicos a animais feridos constitui crime de maus tratos mas que, apesar disso, a autarquia pratica-o. Referiu



que o Jake era um cão que foi buscar ao canil, que teve uma fratura durante um mês sem qualquer tipo de tratamento, que teve de fazer uma cirurgia ortopédica que custou 400 euros, e que o Chico foi um cão que tirou do canil intermunicipal, que estava com as duas patas partidas há uma semana, que estava em sofrimento sem qualquer medicação para as dores, e que também ele teve de ser operado, tendo a cirurgia custado cerca de 1.000 euros.-----

Disse que as pessoas não sabem destas situações mas que ela sabe, até porque foi ela que pagou as cirurgias, acrescentando que já há 4 anos que coopera com o canil intermunicipal e com o canil municipal, com as associações e com outros protetores de animais, pelo que tem conhecimento de muitas outras situações do género.-----

Realçou que, nesta sessão, ouviu falar de campanhas de adoção mas que perguntava onde é que elas estão, fazendo sobressair que tais campanhas não existem em Santa Maria da Feira, a menos que sejam feitas por particulares ou por associações.-----

Sobre o falado centro de recolha com tratamento médico questionou onde é que ele está, frisando que ouviu falar que vai ser feito um centro de recolha mas que, pelo que igualmente ouviu dizer, o mesmo só terá 6 ou 7 boxes, pelo que não vai resolver o problema.-----

Em relação à esterilização massiva disse que, apesar de a Câmara ser contra essa prática, foi a partir da esterilização massiva que todos os países mais avançados que Portugal conseguiram não ter animais errantes, questionando ainda o que será feito com os animais de grande porte, se é para serem esterilizados e, depois, devolvidos à rua, colocando em perigo as pessoas e provocando acidentes.-----

Referiu que o Governo, ao instaurar o não abate, pôs a carroça à frente dos bois uma vez que, primeiramente, devia haver um processo de esterilização e identificação massiva, lamentando que não tenha sido esse o proceder adotado em Portugal.-----

Questionou o que se vai fazer aos animais, se é para deixá-los a definhar e a pôr em causa a salubridade pública, se é para deixar os animais doentes andarem a vaguear pelo Concelho e a darem uma má impressão a quem visita Santa Maria da Feira.-----

Disse que fez o seu mestrado em Londres, que a sua tese foi sobre a Viagem Medieval realizada em Santa Maria da Feira, comentando que teve acesso a bibliotecas fantásticas mas que nas mesmas não havia um único artigo sobre esse tema. Referiu que a sua tese foi classificada com mérito, que é acedida e consultada por milhares de pessoas, que fez esse trabalho com o maior orgulho mas que, neste momento, todo esse orgulho parece que se



desvaneceu com a falta de modernidade e inovação que o Município demonstra ter. -----  
Concluindo disse considerar muito pequenina a ideia que o Sr. Presidente da Câmara mostrou ter quando afirmou que adotou três cães e que fez a sua parte, salientando que veio para esta Assembleia com um monte de propostas de possível colaboração com Câmara, que saíam a custo zero para a autarquia, mas que com o decorrer da sessão viu que, realmente, não há abertura nem mentalidade da parte da Câmara, pelo que decidiu não as apresentar. -----

De seguida, e uma vez que a cidadã seguinte, Joana Lamoso, não conseguiu fazer a sua intervenção por estar muito nervosa, o Sr. Presidente da Assembleia propôs chamar a intervir o cidadão seguinte, passando a Joana Lamoso, caso ainda o pretendesse, a intervir após esse – ao que a cidadã agradeceu que se procedesse conforme o proposto. -----

Interveio o cidadão *Pedro Ferreira* que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: “Quero cumprimentar em particular os representantes das associações de ajuda animal e movimentos cívicos, presentes e ausentes. Afinal, é devido a estes que a situação dos animais de rua não é mais gravosa. São estes que desde sempre, e com poucos recursos, dão resposta a uma problemática que é da responsabilidade da Câmara. Não fossem eles, certamente o número de animais errantes seria muito superior. Com poucos recursos e sem apoios estatais, prestam um serviço a toda a comunidade. Um serviço que respeita os princípios base para a diminuição do nascimento de ninhadas não desejadas, fazendo da esterilização a sua principal arma. Asseguram também o bem-estar dos animais capturados, fazem campanhas de sensibilização para a esterilização em massa, promovem o bem-estar animal, e mantêm as nossas ruas mais seguras. -----

Vou fazer uma pequena introdução para que sejam mais perceptíveis as minhas perguntas. -----  
A razão que me fez querer intervir aqui, hoje, é a postura que a Câmara tem apresentado nesta questão do bem-estar animal e na aplicação da lei que pôs fim ao abate indiscriminado de animais. -----

Lamento que o Município no qual resido, muito pouco tenha feito para dar resposta ao que considerou ser um problema brutal. -----

Apresentou uma postura de resistência à aplicação da lei, de indiferença para com esta questão, não cooperou com as associações existentes que muito trabalho já têm desenvolvido.





Falou em preços de esterilização completamente exagerados, mostrando desconhecimento e falta de preparação. Chegando mesmo a anunciar que o abate teria que acontecer, como se o abate tivesse resolvido alguma coisa durante as décadas em que foi praticado. -----

Tivesse este Executivo dialogado com as várias associações do Município, e certamente teriam respostas para muitas questões básicas. -----

Quanto às questões que quero ver respondidas. -----

Até maio deste ano o discurso assentava na premissa de que o fim do abate era um problema brutal, sem solução à vista, e que ninguém sabia como o resolver. No início deste mês pude ler declarações do Sr. Vereador Vítor Marques referindo que o Município estava preparado para combater esta problemática. O que mudou? -----

As instalações existentes são as mesmas, o número de efetivos também, as campanhas e o regulamento para o bem-estar animal inexistentes. A questão que se levanta é: o que mudou, na prática, para se poder mudar o discurso?” -----

-----  
Interveio a cidadã *Joana Lamoso* que começou por pedir desculpa por não ter conseguido, da primeira vez, fazer a sua intervenção, comentando que se houve uma pessoa que a antecedeu que fez um esforço tão grande para falar em português, ela também teria de conseguir falar, ainda mais porque também estava a falar por aquelas pessoas que não têm voz. -----

Referiu que, por todas as problemáticas levantadas no âmbito do assunto para o qual se inscreveu para falar – o controlo populacional de animais errantes –, tinha vergonha de viver num município que demonstra tal atitude perante o problema, contrariamente ao sentimento que sentiu durante todo o período da sua adolescência. -----

Disse que, perante tal situação, deixava a proposta no sentido de haver a possibilidade dos jovens poderem ser voluntários no canil para, junto com as associações, realmente se envolverem mais e fazerem mais pelos animais errantes. -----

-----  
De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, começando por, em relação ao proferido pelo Sr. Francisco Ferreira, sugerir que o mesmo fizesse chegar à Câmara quais as situações de construção ilegal a que se estava a referir, comentando que, tendo sido a questão colocada de uma maneira tão abstrata, é impossível à Câmara saber o que se passa, em concreto, para poder atuar. -----



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Diogo Silva disse, porque aquele mencionou que veio intervir na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia de São João de Ver, que considera que os membros das assembleias de freguesia devem colocar as suas questões nas respetivas assembleias de freguesia, sob pena de se transformar a Assembleia Municipal numa assembleia de freguesia, comentando não ser isso que se pretende. Referiu que o Sr. Presidente da Junta já lhe havia colocado – a ele, Presidente da Câmara – as mesmas questões, comentando que o Sr. Presidente da Junta, com certeza, daria os devidos esclarecimentos ao Sr. Diogo Silva caso este o questionasse.-----

Em relação às intervenções sobre o bem-estar animal disse que foram feitas várias recomendações e sugestões, ressaltando que algumas delas já estão em curso e que outras, que julga serem interessantes, serão consideradas pela Câmara.-----

Realçou que a política concelhia, no que diz respeito ao bem-estar animal, é uma política concertada ao nível intermunicipal, entre os 6 municípios que integram a AMTSM – Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, destacando que, nos últimos meses, foram feitas alterações profundas no sentido de dar resposta e fazer cumprir a lei, frisando ser esse trabalho que está a ser realizado.-----

Referiu, em relação às associações, que a Câmara tem desenvolvido, há muitos anos, um trabalho muito profícuo com a Aanifeira, dando nota que a Câmara cede-lhe as instalações, apoia-a com materiais para várias obras e atribuí-lhe um subsídio anual de 6 mil euros, comentando que a intervenção feita pela deputada municipal Susana Silva – aquando da discussão do ponto n.º 15 da Ordem do Dia desta sessão – demonstrou bem aquilo que a Câmara está a fazer a esse nível.-----

Concluindo, salientou que a intenção da Câmara Municipal é sempre a de melhorar. -----

-----  
*Sairam os membros Daniel Gomes, Jorge Ferreira e Minervina Rocha.* -----

-----  
Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----



Nada mais havendo a tratar, às 23 horas e 50 minutos, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,